



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Editado conforme Resolução da Mesa nº 041/08,
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Boa Vista-RR, 20 de junho de 2016

Edição 2304 | Páginas: 18

Palácio Antônio Martins, nº 202, Centro | 7ª LEGISLATURA | 51º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado MassamyEda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Chicão da Silveira – S/P;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputada Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – S/P.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – S/P;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – S/P;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado MassamyEda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Chicão da Silveira – S/P;
Deputado Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado MassamyEda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado MassamyEda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP.

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – S/P.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Chicão da Silveira – S/P.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Chicão da Silveira – S/P;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Telefone: (95) 3623-6665 | (95) 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atos Administrativos

- Resoluções nº 811 a 818/2016 - DGP 02

Atos Legislativos

- Tornar sem Efeito Publicação da PEC nº 005/2016 03

Atas Plenárias

- Ata da 2502ª Sessão Ordinária - Íntegra 03

- Ata da 2504ª Sessão Ordinária - Íntegra 12

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do *Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED)*, em formato .doc (Word), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015 ou pelo e-mail docgeralale@gmail.com de segunda a sexta-feira das 07:30 hs às 13:30 hs.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0811/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE,

Art. 1º Suspende o usufruto das férias do servidor MARCUS CEZAR GORBACHEV CRUZEIRO DE HOLLANDA, matrícula 13932, programada para o período 01/06/2016 a 30/06/2016, referente ao exercício de 2016, por necessidade estrita da instituição.

Art. 2º As férias ora suspensas serão usufruídas em data oportuna.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 17 de junho de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0812/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor **Gerson da Silva de Melo**, matrícula 16282, a partir de 17 de Junho, do Cargo Comissionado Diretor Financeiro, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0813/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor **Rogério Cabral do Nascimento Junior**, matrícula 16906 a partir de 17 de Junho de 2016, do Cargo Comissionado de Assessor Especial III MD, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0814/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **Tatiana Figueiredo de Farias**, matrícula 10438 a partir de 17 de junho de 2016, do Cargo Comissionado de Assistente parlamentar I, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº

009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0815/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidora **Anny Karolynny Craveiro da Silva**, matrícula 15145 a partir de 17 de junho 2016, do Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar II, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0816/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **Danielly de Albuquerque Lima**, matrícula 17713, a partir de 17 de junho de 2016, do Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar II, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0817/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **Niura Cardoso de Souza**, matrícula 16799, a partir de 17 de junho de 2016, do Cargo Comissionado de Diretora Administrativa, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha
Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva
1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 0818/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **Verona Sampaio Rocha Lima**, matrícula 12249, a partir de 17 de junho 2016, do Cargo Comissionado de Presidente da CPL integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2016.

Palácio Antônio Martins, 16 de junho de 2016.

Deputado Jalser Renier Padilha

Presidente

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO

Da: Diretoria de Assistência e Controle ao Processo Legislativo
Para: Gerência de Documentação Geral

TORNAR SEM EFEITO a publicação do Projeto de Emenda Constitucional nº 005/2016, realizado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Ed. nº 2301 de 15/06/2016.

Boa Vista, 17 de junho de 2016

Atenciosamente,

Aldenice Josefa de Melo Albuquerque

Diretora de Assistência e Controle ao Processo Legislativo

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2502ª SESSÃO, EM 12 DE MAIO DE 2016.

51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO

CHICO MOZART

(Em Exercício)

Às nove horas do dia doze de maio de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima segunda Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Convido o Senhores Deputados **Gabriel Picanço** e a **Lenir Rodrigues** para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários *ad hoc*, respectivamente

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** - Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, coloco em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis à Ata permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão Anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 11/05/16, do Deputado Masamy Eda, que “concede o título de Cidadão Benemérito do Estado de Roraima ao Senhor José Ferreira da Silva e Senhora Maria Dizanete de Souza Matias e dá outras providências”.

Indicação s/nº, de 11/05/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para a recuperação das pontes de madeira localizadas ao longo da vicinal 21, do Projeto de Assentamento Serra Dourada, no Município de São Luiz do Anauá, em decorrência das péssimas condições de trafegabilidade.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, há um orador inscrito para o Grande Expediente, o Senhor Deputado **Jânio Xingú**.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente, Senhores Secretários, meus pares, imprensa, funcionários que nos assessoram e fazem deste momento um momento ímpar. Francisco, Presidente do SINTRAIMA, fique tranquilo, porque aquilo que você não resolver a gente recorre ao Waldir Maranhão.

Deputada Lenir, o que me trouxe a esta Tribuna foi uma luta que nós incorporamos no ano passado. Há mais de um ano que nós, através do SINTRAIMA e do meu gabinete, estamos irmanados nessa luta pelo Quadro Geral dos Servidores do Estado de Roraima. São pais de famílias, pessoas que têm os mesmos desejos que têm os Deputados, que comem, que bebem, que tem alegrias, tristezas e dificuldades. Não há uma única diferença entre nós, apenas o fato do salário de Deputado ser temporário. Quando ele não é atuante, o povo tira o salário dele. Quando eles não dão resultados favoráveis à sociedade, vocês têm o poder de retirar o salário deles. Muitos já perderam seus salários porque não corresponderam à altura do que vocês esperaram. Eu estou falando por mim. Se eu não corresponder, tirem também o meu salário.

O bom da política é que o concurso é de quatro em quatro anos. Aqui você não faz concurso só uma vez não. Há uns sabidos que fazem concurso de quatro em quatro anos e passam. O Mecias de Jesus passa em primeiro lugar, é um homem sabido. Há uns caras aqui que só passam em primeiro lugar. Eu já tentei colar deles, mas não consigo. Já tentei colar do Jalser, mas não consigo. Passei em oitavo lugar. Eles não dão cola não. Esses meninos são sabidos. Esse é o poder que tem a política, poder de dar e tirar. Esse é o poder que o povo tem, por isso que a política é bonita; todos podem participar. O Deputado Sampaio já passou em dois concursos, mas no próximo não vou te dar cola não.

Eu queria dizer a vocês que aprovamos aqui nesta Casa um Requerimento onde convidamos para vir aqui o Secretário Frederico Linhares, e ele atendeu ao chamado desta Casa, e isso é importante porque ele está respeitando o poder que o povo deu aos Deputados. No mandato passado nós convidávamos vários Secretários, eu era vice-líder do governo, e eles não vinham. Vocês lembram disso? Eles se achavam acima do bem e do mal, igual à Dilma, que não recebia Deputado, nem Senador, era a pessoa que estava acima do bem e do mal. Agora inventaram as pedaladas e, por subestimar o Congresso Nacional, deu no que deu. Muitos falaram na votação do impeachment da Presidente Dilma, aquelas bobagens que vocês viram: “pela minha mulher, pelos meus filhos, eu voto sim”. Eles não estavam votando em um processo, em um erro do governo, eles estavam votando naquela mulher pela mágoa. Foi isso o que aconteceu e hoje ela está afastada do maior cargo deste País. É algo inimaginável! Estou falando isso para fazer um chamado à governadora. Não me entenda mal, eu não quero o mal da governadora, não quero jamais fazer o mal para a governadora. Eu costume dizer que quem não tem gratidão não tem caráter. Jamais vou aqui nesta Casa promover uma cassação de uma pessoa que foi eleita pelo povo, mas eu queria que a governadora entendesse que somos os legítimos representantes do povo de Roraima, que ela pudesse nos ouvir. Não queremos nada do governo, eu não estou interessado em nada do governo, até porque eu não quero ficar nesse governo porque sei que ele é um barco sem comando, que vai naufragar logo ali na frente. Mas eu quero ajudar o Estado, que me deu oportunidade. Eu disse ontem que não tenho pais ricos, não estou aqui porque sou filho do A ou do B, estou aqui porque vocês acreditaram em mim e é meu dever acreditar em vocês. Digam a governadora que estamos abertos ao diálogo, queremos nos reunir para buscar um caminho para o Estado de Roraima. Dizem que o homem quando fica grande, essa grandeza não é dele, é de um povo. Estou indo à Brasília porque quero visitar o Senador Romero Jucá, no Ministério do Planejamento, quero olhar nos seus olhos e dizer: Romero, você é um homem grande de um Estado pequeno, faça Roraima tão grande quanto você é. Nós precisamos crescer, Roraima é o Estado mais pobre da federação e temos no Senado um dos maiores homens deste País, que é o Romero Jucá. Faça valer esse poder que o povo te deu Romero, você é grande lá, mas, sua base política é daqui, é o voto do povo de Roraima que te faz grande! A governadora

tem que esquecer as mágoas, tem que ir visitar o Romero e pedir ajuda. Isso não envergonha ninguém, vergonha é não fazer aqui o que tem que ser feito, é trair o povo; é não ter coragem de vir a esta Tribuna para defender as pessoas; é não ter coragem de olhar nos olhos e dizer: eu sou Deputado, mas tenho coragem de defender o povo.

Gostaria Senhor Presidente, que Vossa Excelência quebrasse o protocolo, porque quando é a favor do povo ele deve ser quebrado, chame o Secretário de Administração para fazer parte da Mesa, o povo precisa olhar para ele.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Acatando o pedido do Deputado Jânio Xingú, convido o Secretário de Administração do Estado para fazer parte da Mesa, Senhor Frederico Linhares; o Secretário Adjunto de Administração do Estado, Senhor Rafael Alves da Cruz Pereira e o Procurador de Estado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua – Obrigado, Secretário. Eu soube ontem, Doutor Frederico, que Vossa Excelência é um homem agraciado pela sua competência, talento e coragem de vencer na vida. Passou em um concurso para Procurador do Município de Boa Vista. Vossa Excelência também é um concursado. Quando fez o concurso, ganhava apenas mil e quinhentos reais, agora, como Secretário, ganha onze mil reais. Parabéns a Vossa Excelência, fico feliz em saber que é um homem honrado e capaz de passar num concurso para procurador de Boa Vista. Quero lhe fazer um pedido e sei que vai me atender. Quando Vossa Excelência estiver deitado na cama que olhe para o teto e enxergue a multidão e lembre que também é um concursado e coloque todos os seus esforços em prol dos concursados. Assim o Senhor vai nos orgulhar. Não pense que eu quero o seu mal, pelo contrário, que vai o seu bem. Quanto mais sucesso o Senhor tiver, mais sucesso o povo terá. Às vezes as pessoas pensam que ocupo a tribuna porque não gosto do governo, pelo contrário, eu acho que a Dona Suely é uma mulher do bem. Moro aqui há 25 anos e nunca ouvi falar nada de mal da Dona Suely. É uma mãe de família exemplar, é uma pessoa que soube criar os filhos, tem um marido, é daqui e foi agraciada pelo povo. Ser governadora é um chamado de Deus. Você pode ser deputado, vereador, senador, agora governador é um chamado de Deus. Se tiver escrito que você vai ser governador, não é o Xingú, não é o José que vai impedir, você vai ser porque é um chamado de Deus. Se Deus chamou a Suely para ser governadora, então que toque no seu coração para que possamos ajudá-la com nossas opiniões. Às vezes uma idéia não é aceita, mas outra pode ser aceita, e é isso o que queremos. Eu tenho coragem para defender as pessoas. Eu não sou apegado ao poder, pois não nasci no poder. Quando cheguei aqui morava no bairro Liberdade, éramos 8 irmãos, minha mãe colocava uns colchões no chão e, com toda sinceridade, era uma época boa. A gente comia aqueles caju e era a única coisa que tinha. E aí, eu conheci o Ottomar, passei dois anos trabalhando para ele sem salário, ele me dava uma gorjeta de vez em quando e os caras diziam assim: Tu trabalha de graça para o Ottomar? E eu respondia: eu não trabalho para o Ottomar, eu trabalho para mim. Mas, lá atrás meu pai dizia o seguinte: prefira ficar dois minutos ao lado de uma pessoa de sucesso, do que ficar a vida inteira ao lado de um fracassado. Era eu ali ao lado carregando a pastinha do Ottomar. Ele chegava ao aeroporto e eu, “vupt”, pegava a pastinha dele, primeiro do que o Prola. Eu era mais esperto do que o Prola. Eu dizia: Eu vou enganar esse Coronel. Todos estavam olhando para o Ottomar e eu, “vapt”, na pasta. Era mais ligeiro. E, aí, Brito, aquele senhor de cabelos grisalhos, com aquela cabeça de maraenheze que o Ottomar tinha, parecia um jerimun, me ensinou muita coisa na vida. E uma das coisas que ele me ensinou que eu sempre sigo. “Você quer ser político?” Eu disse: Quero. Ele me respondeu: “Nunca abandone o povo, pois são eles que te colocam no poder e são eles que te tiram”.

E aí, Frederico, Vossa Excelência que é agraciado por Deus, que passou num concurso, que é Secretário de administração, que é uma pessoa talentosa, vamos ajudar essas pessoas. Vamos nos unir. Esse é o nosso papel, esse é o nosso dever de ofício. Sabe por que Frederico? Porque um dia o homem morre, mas a sua história fica. Um dia, seu filho, quando você não estiver mais aqui, alguns desses vão chegar para teu filho ou filha, vão dizer assim: “seu pai fez muito pela minha vida”. E essa corrente positiva, essa corrente que nos impulsiona para frente, vai para teus filhos.

Eu posso não estar aqui, daqui a 10, 15 anos, mas meu filho vai estar e o Xinguzinho quando chegar à casa de um de vocês, vocês vão dizer: “o seu pai era um homem de verdade”.

Quero finalizar, fazendo um pedido a vocês. Não joguem pedra, porque as pedras deixam marcas, joguem flores. Eu queria que todos vocês se levantassem e dessem uma salva de palmas para o Doutor Frederico, pois ele vai nos ajudar.

Hoje não é momento de guerra. Hoje é o momento de paz. Hoje

não é o momento de destruir, é o momento de construir, e nós precisamos do doutor Frederico para construir.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado pelo aparte, Deputado Xingú. Quero reconhecer a sua capacidade de articulação. Cada qual com o seu estilo. Não estou dizendo que o seu está errado e que o meu está certo, mas quero aqui falar, como já me coloquei várias vezes à disposição do sindicato, da categoria e até nos meus posicionamentos perante o governo do Estado sempre coloquei a necessidade de reconhecer e valorizar os servidores do Estado.

A minha origem é essa enquanto servidor, enquanto sindicalista e cheguei aqui eleito através de uma categoria e com o apoio de várias outras que simpatizaram com a gente, não poderia agir de maneira diferente. Agora, Deputado Xingú, eu quero fazer um discurso muito mais para a categoria, não só para os servidores do quadro geral. Não importa quem é o patrão. Seja ele do PT, do PSDB, do PC do B, patrão é patrão. Às vezes a gente se posiciona como trabalhador e dias depois a gente vira patrão e tudo aquilo que valia para a gente como trabalhador já não vale mais quando a gente passa a ser o patrão. Onde eu quero chegar com isso, Deputado Xingú? O posicionamento da base do governo, através do líder, foi um compromisso de campanha nosso no primeiro turno com a Senadora Angela Portella e absorvemos esse compromisso no segundo turno com a governadora Suely Campos, de maneira pública, inclusive gravado em vídeos com a categoria. A Governadora se comprometendo em aprovar o Plano de Cargos e Salários dos servidores do quadro geral, e assim o fizemos, com o aval desta Casa, mesmo diante de um cenário de crise que o País e o Estado passam. Tenho cobrado do governo e aqui já aproveito para pedir, Secretário, que façamos o necessário para ajustar a máquina, para não atrasar salários de servidores como está ocorrendo em outros Estados. Não vamos permitir que isso aconteça! Cabe ao governo pagar as contas. Essa é a nossa orientação, assim como também o governo não pode aprovar um Plano de Cargos e Salários, deixando de reconhecer esses servidores no serviço público desde o primeiro dia que ingressou. O Plano de Cargos e Salários tem que retroagir. Esse é o meu posicionamento e da base do governo. Se existe margem para outra interpretação, que possamos corrigir. Há pouco pedi ao secretário que possamos corrigir. Se a procuradoria é um órgão técnico, entendeu de uma maneira diferente, que possamos convencer a procuradoria mudar o seu entendimento. Se não houver entendimento, mudamos a lei e reconhecemos. Agora, quero dizer aos trabalhadores do quadro geral que essa conquista se deu pela boa vontade da governadora, e com a boa vontade desta Casa, inclusive de Vossa Excelência que liderava vários momentos de embates para dar celeridade a esse processo. Mas a conquista maior se deve a capacidade de organização dessa categoria que passou anos e anos sem se organizar, tendo um sindicato, o qual não representava a categoria.

Quero parabenizar o atual presidente do SINTRAIMA, Francisco. E pedir à categoria que se mantenha mobilizada, não apenas nesse momento de dificuldade. Já liderei sindicato por muito tempo e a categoria aparece de tempos em tempos, quando se discute salário, depois que se resolve, some. Aí o sindicato não contribui, não participa das assembleias e cai no esquecimento. Desperta novamente quando surge uma crise. Aonde eu quero chegar? Essas lutas, essas conquistas se dão em especial pela mobilização da categoria.

Então, continuem mobilizados, independente de quem seja o governo, se têm dois, três, quatro ou vinte e quatro deputados que apoiem, mas é a classe trabalhadora que tem que estar organizada permanentemente. Isso é histórico no mundo todo e em Roraima não será diferente.

Então, quero manifestar solidariedade à categoria, parabenizar o sindicato, reconhecer o compromisso da governadora em mandar para esta Casa o Plano de Cargos e Salários e reafirmar o nosso posicionamento de buscar uma saída o quanto antes, para, de fato, darmos aquilo que aprovamos e os servidores levarem para casa o seu direito de uma progressão justa, contando desde o primeiro dia que ingressaram no serviço público através de concurso público. Era isso, muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua – Obrigado, Deputado Sampaio, pela sua intervenção. Vossa Excelência tem um perfil de defender os movimentos sociais. É muito bom ser um Deputado relevante que tem coragem de defender as pessoas. Muito obrigado!

Concedo um aparte ao Deputado Jorge Everton. Quero dizer que ele chegou aqui como delegado, mas ele não nasceu para ser delegado. Ele nasceu para ser político. Ele é habilidoso. Ele chega perto da gente com toda habilidade. Daqui a pouco ele leva tudo que tu tem. Esse rapaz é muito bom. Vossa Excelência não nasceu para ser delegado, mas para ser político.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Obrigado, Deputado Xingú. O Deputado Xingú nos diverte

com seus discursos. Ele sabe que eu serei eternamente um delegado de polícia, como eu espero que todo Deputado também sejam, fiscalizando, atuando, defendendo os interesses do Estado, como Vossa Excelência faz bem feito.

Quero parabenizá-lo pelo seu discurso e Parabenizar o Deputado Soldado Sampaio, que também falou muito bem. Eu serei eternamente um servidor público. Concordo que as pessoas esquecem, quando estão do lado de cá e quando vão para o lado de lá. É muito importante frisar essa colocação. Atirar pedras é fácil. Agora, construir é muito difícil. Estamos aqui para construir, para ajudar a construir e todos os servidores que são do Estado de Roraima também estão construindo um Estado melhor. É através do trabalho deles que a gente vê o Estado crescer. É através deles que vemos a arrecadação de impostos chegar para o Estado. Então, todos os servidores estão trabalhando em prol de um Estado melhor e é isso que nós precisamos. Quero dizer a Vossa Excelência que os servidores do Estado de Roraima poderão sempre contar com o apoio do Deputado Jorge Everton. Obrigado!

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua- Senhor Presidente, para finalizar, quero fazer um pedido a Vossa Excelência, porque eu disse ao Senhor que quando o povo está presente, e a Constituição já fala isso, Deputado George Melo, que o poder emana do povo e em seu nome deverá ser exercido. Convide o Presidente do Sindicato para vir à Mesa dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Acatando a solicitando do Deputado Xingú, solicito ao presidente do sindicato que tome assento à Mesa dos Trabalhos.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua – Para terminar, o Deputado Jorge Everton lembrou uma coisa muito boa, que diz que quando as pessoas mudam de lado, é aí que você conhece o caráter delas. Quando o cara passa a comer camarão, esquece da farofa de ovo. Eu não esqueci não, gosto mais de farofa de ovo de que camarão. Você nunca conhece o caráter de uma pessoa quando ela está na miséria. Quando as pessoas estão na miséria, elas são humildes. Você só conhece o caráter de uma pessoa, Deputado Valdenir, quando ela enriquece, quando ela cresce na vida.

Quando eu fui candidato pela primeira vez eu não tinha carro. Fui visitar o meu vizinho e quando eu sai, eu escutei ele dizendo: “Um barreira desse querendo ser deputado”. Não é assim que as pessoas falam, quando você não tem nada? E para minha surpresa, eu virei deputado e hoje ele é meu amigo e trabalha comigo. O bom é isso. O bom é poder crescer na vida e ter a humildade de dizer para o teu parceiro: “ei, olha para frente, eu posso, você também pode. Você não é diferente de mim. Nós viemos do mesmo lugar, nós viemos da vida, e a vida pode nos dar oportunidades”! Vocês não são diferentes de mim, eu vim daí, e é por isso que eu tenho o maior orgulho de defender vocês.

Quero finalizar dizendo o seguinte: Os homens vivem como se não fossem morrer e morrem como se não tivessem vivido. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, inicialmente, agradeço a Vossa Excelência o tempo a mim concedido. Cumprimento o Secretário de Administração, Frederico Linhares. Cumprimento o Secretário Adjunto de Administração, Rafael Alves. Cumprimento o Diretor do Instituto de Modernização do Estado, o Senhor Fábio Alencar. Cumprimento a Mesa diretora e o amigo Francisco do SINTRAIMA e, em seu nome, cumprimento a todos os servidores presentes que estão aqui fortes e a postos para darmos início à Audiência Pública.

Quero dizer aqui que o amigo Jânio Xingú, em suas não breves palavras, antecipou praticamente a Audiência Pública. Fez a Mesa se compor. É gratificante tê-los aqui na Mesa para ouvir os nossos pronunciamentos. Serei breve, mas, Deputado Xingú, pegando um pouco do seu gancho, quero me juntar a Vossa Excelência quando diz que no governo passado, mesmo Vossa Excelência sendo vice-líder do Governo, nós, por vezes, aprovávamos requerimentos nesta Casa e não era convidando, era convocando e, por várias vezes, não compareciam. Agora, de pronto, está aí o Secretário Frederico, com sua equipe de apoio, para que nós possamos promover, da melhor forma possível, um bom debate e alinharmos as decisões, entendimentos para atender à categoria. Também, quero dizer que, mesmo antes da Audiência começar foram convidados para compor a Mesa os nossos Secretários. Portanto, quero parabenizá-los e dizer que Vossa Excelência não deve, apesar da eloquência do Deputado Xingú, esperar que chegue à noite para deitar no travesseiro, olhar para o teto e ver a multidão. Vamos olhar agora. Vamos fazer Audiência Pública agora, vamos debater agora e vamos alinhar os entendimentos. Nós temos compromissos com vocês e nós vamos fazer. Sei que no fundo Vossa excelência quis dizer isso, que nós pudéssemos

agir juntos, o mais breve possível, e esse breve é agora.

Quero dizer, Deputado Xingú, que nós vivemos realmente em um momento complicado da política brasileira, uma crise institucional, uma crise política, uma crise ética, uma crise econômica, enfim, é uma crise, sobretudo de falta de crédito da classe política do nosso País. Se a classe política tinha um pouco de crédito, nesses últimos dois meses, com a deflagração da operação Lava Jato, com envolvimento de diversos políticos, com a cassação ou o afastamento do Presidente da Câmara dos Deputados, que promoveu o primeiro passo da admissibilidade do processo de impeachment da Presidente Dilma e logo depois, ao chegar ao Senado, também admitido ontem, esse Presidente também foi afastado dos seus afazeres como Presidente e, também, dos seus afazeres como Deputado, mas não foi afastado da sua prerrogativa dos salários e todos os demais benefícios. Ontem, as votações no Senado Federal e agora, por volta das cinco horas da manhã, foi votado o afastamento da Presidente Dilma. Ou seja, temos a Presidente da República afastada, o vice- Presidente assumindo, temos, também, o Presidente da Câmara afastado e o vice assumindo, também sob graves suspeitas. Temos uma classe política que foi devastada por uma crise moral e isso é em nível de Brasil. E aí, Deputado Xingú, Vossa Excelência falou bem sobre a independência dos Poderes e nós sabemos que os poderes têm que ser independentes e harmônicos. Faltou sim, na Presidente Dilma, diálogo com o Poder Legislativo, e todos nós sabemos que tem que ter diálogo porque é este Poder que representa o povo, é o Poder que é o extrato da nossa sociedade. Aqui está aquele que foi e é empresário, aquele que é servidor público, aquele que trabalha no setor produtivo, aquele que é comerciante, aquele que está a todo o momento em contato com a população. Por isso, é aqui, na Assembleia Legislativa de cada Estado, que se discute o Estado, que se discutem as Leis, se aprovam ou não as leis e eles, os Deputados Federais, os Deputados Estaduais como os Vereadores têm que estar em sintonia com o povo e com o entendimento com o Poder Executivo. Também concordo com Vossa Excelência que nós devemos ter tratativas menos animosas e buscarmos um entendimento. A Governadora se elegeu diante de uma situação de caos em que se encontrava este Estado. Os votos que a Governadora teve, que o 11 teve, foram os votos de esperança, os votos que as pessoas depositaram para ver um Estado melhor e, sobretudo, votos de pessoas que não conseguiam ver o Estado como ele estava e buscaram a mudança, inspirados pela esperança, e elegeram a Governadora Suely, que tem um grande desafio. Só conseguiremos transpor tudo isso com a ajuda do Poder Legislativo e com o entendimento com todas as categorias. Quem faz o Governo são os profissionais que nele atuam. Quem faz o Governo é o corpo técnico juntamente com todos os servidores, seja ele aquele que está na base da pirâmide ou aquele que está lá em cima. Não se tem um Estado forte com colaboradores, com servidores que não estejam bem remunerados, sobretudo. A valorização do profissional não é apenas ter boas condições de trabalho, não é apenas reciclagem, mas, sobretudo, um bom salário. Um servidor ou servidora que sair de sua casa para trabalhar, ele tem que ter a certeza que fica na sua Casa seus filhos, as suas famílias que vão ter condições de se alimentarem de pagar as contas e ter a sua dignidade. Só assim se trabalha de forma inteirada com as nuances do Governo e é assim que a Governadora Suely tem buscado tratar.

Quero dizer para vocês que, em momento algum, em diálogos com a Governadora Suely, ela se furta de honrar com qualquer compromisso de campanha. Sempre disse: Brito, nossos compromissos de campanha foram feitos juntos. O Deputado Gabriel acompanhou desde o primeiro dia, os demais Deputados que formam a nossa base e estiveram presentes em segundo turno vendo os nossos compromissos que vamos cumprir. Vamos trabalhar para cumprir porque nós devemos a todos vocês, porque foram compromissos, não foram promessas e devem ser cumpridos.

Aqui foi aprovado, no Governo Suely Campos, o PCCR do Quadro Geral, esse que se discute agora são as condições de enquadramento, a forma de operacionalizar, mas ela mandou para cá, mesmo sob grandes críticas de que o Estado não poderia pagar, de que não se sabe quanto é o impacto, que nós teríamos problemas, que seria um presente de grego, mas ela disse vai lá e aprova, conversa com os Deputados e aprova, porque nós vamos buscar forças, recursos, pagar e vamos cumprir, porque é Lei. Eu quero dizer para vocês, aos secretários que estão aqui, que nós fizemos um primeiro compromisso e eu estava junto lá na Câmara Municipal com o amigo Francisco nesse dia que o PCCR viria para cá, mas não tinha sido aprovado ainda, salvo engano, estávamos alinhando a votação, mas vamos tratar disso aqui hoje, vamos alinhar e vamos cumprir. Só espero e eu tenho certeza que todos os Deputados da Casa e toda a classe, entendam que não pode ser feito de uma hora para a outra. Nós precisamos cumprir os prazos. O que estamos

fazendo aqui sentando é para debater em Audiência Pública: Por que não foi feito? Qual foi o parecer que foi dado pela Procuradoria Geral do Estado?

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Senhor Deputado, nós não queremos entrar nesse mérito agora. Vamos ter uma Comissão Geral onde serão tratadas todas essas questões, as pessoas vão poder fazer perguntas, o Secretário vai poder responder. Queremos evoluir para a Comissão Geral.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Quero dizer que nós não podemos atropelar as coisas dizendo que o governo já teve ou não teve tempo de fazer. Aqui nós vamos discutir isso com o tempo hábil para poder cumprir, senhoras e senhores, amigos e amigas, Deputados. Nós não podemos é fazer a Governadora tomar uma decisão agora e no final do mês não está lá no contracheque o valor que tem que estar. O projeto vindo para cá e a lei aprovada tem como principal objetivo o recurso no final do mês no contracheque e o dinheiro no bolso. É essa a valorização que nós queremos. Podem ter certeza, se nós não quiséssemos isso, o Secretário não estaria aqui, nós não teríamos os pareceres, mas vamos fazer de maneira legal. Nós já aprovamos lei nesta Casa e a ação de inconstitucionalidade foi proposta e a lei caiu por terra, porque não foi feita de maneira legal. Nós estamos aqui para buscar a legalidade, vamos buscar o entendimento e o apoio dos demais deputados. Vocês terão e têm o nosso apoio e podem ter certeza que vamos buscar com a Governadora para que façamos isso o mais rápido possível. É para isso que estamos aqui.

Concluindo, Senhor Presidente, quero parabenizar a Casa por esses trabalhos que são feitos aqui no sentido de buscarmos o entendimento entre as comissões, entre as categorias, discutindo, se aprofundando nos trabalhos. Isso é muito importante porque evita que lá na frente tenhamos uma ação de inconstitucionalidade, pois esta Casa é uma Casa do debate, é nela que nós temos que trabalhar esse entendimento e alinhar por um Estado forte, valorizando as categorias, não só do quadro geral, mas também de outras categorias, como foi aprovado aqui o PCCR para os profissionais da área tecnológica, como foi aprovado aqui, do jeito que veio, do jeito que foi contratado com eles e Vossas Excelências tiveram oportunidade de votar, como foi votado e aprovado aqui o outro auxílio, o auxílio-alimentação dos agentes carcerários, que foi um compromisso da Governadora.

Então, senhores e senhoras, volto a dizer compromisso é para ser cumprido e nós não vamos nos furtar apenas ao diálogo, mas também não vamos perder a coragem de dizer o que tem que ser dito. Aqui não estamos em um palanque de eleição para jogar para a platéia, aqui é para falar a verdade e para discutir o que tem que ser feito e, sobretudo, o que pode ser feito de forma legal para atender o nosso Estado. Obrigado!

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Comunico que os três vetos governamentais que constam na Ordem do Dia, ficarão transferidos para a próxima sessão, dia 17/05.

Atendendo Requerimento nº 020/16, neste momento a Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, momento em que esta Casa estará ouvindo o Secretário de Administração, Doutor Frederico Linhares, convocado para prestar esclarecimentos sobre o não cumprimento da Lei 1032, de 08 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira, Remunerações - PCCR dos servidores públicos efetivos do quadro geral do Poder Executivo do Estado de Roraima, e dá outras providências.

Neste momento a palavra será franqueada ao Doutor Frederico Linhares para que o mesmo faça esclarecimentos em face do cumprimento da lei.

Nosso convidado terá o tempo de até 20 minutos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Presidente gostaria de saber como será a dinâmica da Audiência? Vinte minutos para o Secretário e em seguida abre-se para o sindicato? Já tem estabelecido o tempo?

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado Sampaio, o rito é 20 minutos para o convidado e os Deputados terão até 3 minutos, e a entidade terá o mesmo tempo do Secretário.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Presidente, não seria melhor o sindicato se posicionar antes, para que nós Deputados tenhamos esse apanhado e depois fala o Secretário?

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado Brito Bezerra, este é o rito e ele tem que ser cumprido. Vai ser passada uma lista. Os Deputados que quiserem falar terão seu tempo.

Eu queria pedir para que as pessoas que estão nas galerias acompanhassem, pois isso é de interesse de vocês, e é importante a gente manter a ordem.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem –

Senhor Presidente, acho que o Secretário, Doutor Frederico, deve falar, deve explicar e depois o presidente do sindicato, o Francisco, possa também falar no mesmo tempo em que o Secretário falar, porque o secretário representa o Estado e o Francisco, neste momento, representa o povo, e o povo é maior que o Estado.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado Xingú, nós vamos quebrar o protocolo, e o presidente do sindicato terá o mesmo tempo que o Secretário.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Muito obrigado. Era isso que eu queria de Vossa Excelência porque é como acabei de falar: O poder emana do povo e em seu nome deverá ser exercido.

Portanto, o Doutor Frederico, acho que tem boas intenções, que é ajudar a equacionar essa demanda e, portanto, ele vai falar e mostrar o caminho; depois o Francisco vai fazer as ponderações para que a gente possa juntar essas duas informações e chegar a um denominador que seja bom para todos.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado Xingú, informo que a Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. Então, essa Sessão não tem hora para terminar.

Com a palavra o Secretário de Estado da Administração, Doutor Frederico Linhares

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senhor Presidente Francisco Mozart. Gostaria de, neste momento, pedir vênias aos demais Deputados para cumprimentar o Deputado Soldado Sampaio, pois hoje é seu aniversário. Parabéns, Deputado, pelo seu aniversário. Gostaria de cumprimentar as pessoas que estão acompanhando esta solenidade, esta Sessão, e gostaria de dizer a todos vocês que é uma satisfação enorme estar aqui hoje. Primeiro, me sinto em casa aqui na Assembleia, me sinto muito bem acolhido, Senhor Presidente, tanto pelos Deputados como pelos servidores da Casa e pela plateia. Sinto-me bem! Então, quando a gente se sente bem tudo fica mais fácil. Quero cumprimentar também o Doutor Jader Linhares, meu pai, que está na plateia acompanhando. Na oportunidade que me é dada para esclarecer alguns pontos, fico muito satisfeito porque, na grande maioria das vezes, os problemas que existem são problemas de comunicação. Muitas vezes as pessoas não captam a mensagem correta e acabam tendo um juízo de valor equivocado. Daí a importância, Senhor Presidente, da oportunidade que é dada à SEGAD para esclarecer como está acontecendo o processo de enquadramento dos servidores do Quadro Geral na Lei 1032. Gostaria de fazer uma pequena correção sobre o que o Deputado Xingú falou. Deputado Xingú, não tenho a eloquência de Vossa Excelência e sou muito inferior na oratória comparado à Vossa Excelência, mas gostaria de fazer uma pequena correção. Sou servidor público sim, sou procurador do Município de Boa Vista concursado e infelizmente meu salário não é o salário que Vossa Excelência diz, é bem menor, bem menor. Já o salário de Vossa Excelência é um pouco mais de 23 mil reais, não é? O salário de um procurador, atualmente, é de sete mil e quatrocentos reais. Já fiz vários concursos, já fui do Quadro Geral do Estado de Roraima, fui analista de recursos humanos, já fui escrivão de justiça, oficial de justiça do Tribunal de Justiça local e hoje ocupo o cargo de procurador, mas estou, obviamente, cedido pela Prefeitura de Boa Vista para o Governo do Estado de Roraima. Feito este pequeno esclarecimento, vamos tratar do que efetivamente nos interessa, que é o enquadramento dos servidores do Quadro Geral.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Gostaria de pedir ordem na platéia. Por favor, temos um orador falando e gostaria de respeito com nosso convidado.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Vamos começar os esclarecimentos.

O Primeiro esclarecimento, que é importantíssimo ser feito neste momento, é em relação à aplicação das tabelas, é exatamente o que o colega servidor acaba de questionar e eu acho justo que seja feito um esclarecimento sobre isso. No momento em que a Lei nº 1032 estava sendo publicada, oficialmente, portanto, quando ela passou a ter validade, o meu entendimento pessoal era de que a partir daquele momento, isso aconteceu no dia 17 de fevereiro desse ano, era de que as novas tabelas deveriam ser aplicadas imediatamente. Tanto isso é verdade que vossas senhorias sabem. Todos os servidores que estão aqui sabem foram encaminhados para a folha de pagamento as novas tabelas. Os espelhos do salário do mês de fevereiro estavam com as novas tabelas. No momento em que encaminhamos esta determinação para a folha de pagamento, o corpo técnico da SEGAD alertou a secretaria de que esse entendimento precisava de um aval da Procuradoria, justamente porque havia uma dúvida na interpretação sobre o fato de as novas tabelas poderem ou não ser aplicadas, mesmo antes do enquadramento definitivo. Então, antes da

publicação da Lei, no dia primeiro de fevereiro desse ano, encaminhei uma consulta à PROGE, perguntando qual era a tabela que eu deveria usar e a PROGE me disse em resposta que, até quando fosse feito o enquadramento, deveriam ser usadas as tabelas antigas. Pois bem, esse foi o entendimento aplicado naquela ocasião, mas eu mantinha a convicção de que nós deveríamos usar a nova tabela. E eu insisti junto à PROGE, principalmente depois de um fato importante. Depois que a Lei foi publicada, já existem servidores que foram nomeados de acordo com a nova Lei. Servidores efetivos que já tomaram posse sob a égide da Lei 1032. E, obviamente, essa pessoa que foi nomeada após a publicação da Lei 1032 já foi enquadrada nas tabelas novas. Esse fato me fez ter a certeza de que nós tínhamos que aplicar as novas tabelas. O que eu fiz? Por iniciativa própria, mandei novos argumentos à PROGE esclarecendo à Procuradoria que não fazia sentido aplicar mais as tabelas antigas, partindo do pressuposto no princípio da isonomia, da igualdade. Já que tem servidor que tomou posse recentemente recebendo pela nova tabela, esse direito deve ser ampliado a todos os servidores do quadro geral. Iniciativa própria, da SEGAD. Nós argumentamos isso com a PROGE e ontem, dia 11 de maio, a Procuradoria do Estado mandou de volta sua resposta, o Parecer nº 99, mudando seu posicionamento. De modo que, a partir de agora, serão aplicadas as novas tabelas. Está aqui mais uma vitória que nós estamos dando. Esse era o meu entendimento desde sempre. Vocês sabem porque vocês viram os espelhos da folha de pagamento de fevereiro e viram que eu havia determinado o pagamento de acordo com as novas tabelas. Mas, pelo posicionamento da PROGE nesse intervalo, tivemos que tomar essa medida que foi paliativa, mas que, a partir de agora, corrige essa injustiça e a partir deste mês de maio já serão aplicadas as novas tabelas da Lei 1032. Isso é importante esclarecer pelo seguinte: Gostaria que vocês ouvissem atentamente o que tenho a dizer. Por que isso é tão importante? Porque essa Lei 1032 é um divisor de águas. Ela rompe com uma realidade cruel, com uma realidade que não valoriza o servidor, rompe com uma realidade de governos anteriores que não tinham compromissos com vocês. Essa luta do quadro geral é uma luta antiga. Só vocês sabem o quanto essa luta é antiga! Só vocês sabem o quanto vocês sofreram nos governos anteriores sem perspectiva nenhuma, sem sequer diálogo. Porém, em janeiro de 2015, abrimos o diálogo e hoje já estamos discutindo o enquadramento em uma Lei que já foi aprovada. Uma Lei moderna, uma Lei que beneficia todos vocês, uma Lei com uma tabela salarial que causa inveja a outros Estados que ainda não avançaram tanto quanto Roraima. Uma Lei que traz dignidade para o servidor, que traz tabelas salariais que podem dar uma condição digna, obviamente de acordo com o cargo, a escolaridade, mas, que traz essa dignidade. É, uma Lei que foi amplamente discutida e construída junto com vocês. Todos nós que estamos aqui neste Plenário, sejam vocês colegas servidores, sejam os nobres Deputados que aqui estão, seja eu e a equipe técnica da SEGAD, que aqui está, temos a mão na Lei 1032. Todos nós, Deputados, servidores e equipe técnica participamos ativamente da elaboração dessa Lei. Então, temos que ter orgulho dessa Lei. Esta Lei está em fase de implantação. A própria Lei que foi aprovada aqui estabelece um prazo de seis meses para fazer o enquadramento. Nós estamos mais ou menos no meio do caminho disso, o enquadramento é de cinco mil pessoas. Não há atraso no enquadramento. Onde está o atraso no enquadramento? Estamos dentro do prazo, o prazo está correndo. A comissão já foi criada, está trabalhando e nós estamos ao longo do tempo, à medida que as dúvidas surgem, estamos dando segmento a elas. Quando a dúvida é simples a gente tira. Quando a dúvida é mais complicada a gente encaminha para a Procuradoria do Estado, que é o órgão de consulta jurídica, e, aos poucos, estamos caminhando. Outra questão que sei que é premente na vida dos servidores e que também é uma questão complexa e também gostaria de trazer este assunto aqui para a gente tratar, refere-se às progressões. Um dos principais temas que deve ser discutido hoje aqui é o problema das progressões. A Lei gerou uma dúvida em todo mundo, de como seriam feitas as progressões especialmente no que se refere à progressão vertical. Inicialmente, quando essa dúvida surgiu inclusive, quando os trabalhos da Comissão já haviam começado, encaminhamos uma consulta para a Procuradoria, que deu seu posicionamento. Este é um parecer que vocês todos conhecem, ele não é novo. Em contraponto ao parecer da PROGE, o SINTRAIMA, muito decentemente, fez uma manifestação própria. A assessoria jurídica do SINTRAIMA produziu um parecer assinado pelos assessores jurídicos do SINTRAIMA, pelos advogados do SINTRAIMA, inclusive, a pessoa que assina o parecer, a Flora, é minha grande amiga, foi inclusive minha aluna na faculdade, representa o escritório do doutor Oneildo, que não precisa de apresentações, pois o doutor Oneildo foi Presidente da OAB/RR e é uma pessoa altamente gabaritada e com muita experiência nessa área pública. Então, o que fizemos? A questão está resolvida, está

decidida, o martelo está batido? Não! Estamos em discussão. A Procuradoria colocou o posicionamento dela. O SINTRAIMA leu os argumentos da procuradoria, produziu um parecer próprio com seus próprios argumentos e eu encaminhei isso para a PROGE para que haja uma definição, dizendo a eles, que esses são os argumentos do sindicato, vocês agora precisam dar um posicionamento definitivo sobre o tema. Isso foi recentemente para a PROGE e ainda estamos aguardando esta resposta em definitivo. Então a respeito da progressão, da forma como vai ser equacionada a progressão, a questão ainda está em discussão. Não há um posicionamento fechado, nós estamos abertos a todos os argumentos. O sindicato já colocou o posicionamento deles, que nós entendemos e a PROGE já colocou o posicionamento dela, que nós também entendemos, e a questão será definida com muita tranquilidade, cautela, com muita responsabilidade, lembrando que o Estado vive sobre a égide do princípio da legalidade. O que significa o princípio da legalidade? Significa que o Estado não pode fazer aquilo que ele quer. Significa que o Estado tem que fazer aquilo que está na Lei, e é isso que nós vamos fazer, com muita tranquilidade. Por isso que estou aqui com tanta tranquilidade, por que tenho convicção de que encontraremos a melhor solução. O mais difícil já aconteceu. Mais longe já esteve. Imagina como é que estava a perspectiva de vocês em 2014, muito distante! Em 2015, nós sentamos e conversamos. O sindicato fez a minuta, a coisa foi se aproximando, passou por todo o corpo técnico do governo. A lei passou pela SEGAD, pela Secretaria de Planejamento, passou pela Procuradoria, pela Casa Civil, veio para cá, foi aprovada a proposta de lei por unanimidade. Então, temos muita tranquilidade em dizer que estamos muito avançados, no meio do processo do enquadramento, dentro do prazo. Nós não estamos fora do prazo, vamos respeitar este prazo. São cinco mil pessoas que precisam ser enquadradas. O prazo é importante para que o enquadramento seja feito de forma tranquila, serena e sem erros. De modo que nós temos toda a satisfação para estar aqui para esclarecer essas dúvidas que são as principais. Eu me coloco à disposição na SEGAD, aqui na Assembleia. O Francisco tem consciência de que pode me procurar a qualquer momento para a gente conversar. A própria Comissão também. Então, nós estamos dentro do prazo e mesmo assim vamos fazer com muita celeridade, só não podemos atropelar os fatos. A gente tem que entender que esse enquadramento vai mexer com a vida de cinco mil famílias, por isso que ele precisa ser extremamente bem feito, bem pensado, extremamente técnico para que não haja erros. Os erros serão tratados individualmente, mas a posição do governo é a favor de vocês, a prova é exatamente essa. A partir desse mês, volta a vigorar o meu posicionamento pessoal, de que nós temos que aplicar as novas tabelas. Mais uma vez volto a isso. E, com muita tranquilidade, a cada dúvida que for surgindo, nós teremos toda a tranquilidade para dirimir essas dúvidas, interpretar o que está na Lei, à luz da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Roraima e à luz do direito dos servidores. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Com a palavra o Senhor Deputado Jânio Xingú, com o tempo de três minutos.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente, Senhor Secretário, o que tenho que falar agora é para que as coisas fiquem bem claras. O Francisco, Presidente do SINTRAIMA, me disse que o que as pessoas querem é não zerar tudo. Por exemplo, é como se você fosse um oficial da PM e chegasse um governador e dissesse, através de um decreto, que a partir daquele momento vocês não seriam mais oficiais, agora vocês são soldados. Então, o que não pode acontecer com as pessoas é perderem o direito do que já foi conquistado, porque não tem como voltar no tempo, a cronologia não dá esse direito de voltar no tempo. O funcionário não pode perder 12 anos de conquista e começar do zero. Se o governo tivesse o poder ia dizer o seguinte: tudo bem, vocês vão começar todo mundo do zero: quem tem 40 anos, agora tem 30 quem tem 30, agora tem 20. Você não tem como voltar, então, se não tem como voltar, Francisco, o nosso empenho, o nosso objetivo, é fazer valer o concurso lá atrás, e não o de agora. Você não pode agora colocar todo mundo numa sexta e falar o seguinte: tudo bem, João, Maria, José, Antônio, nós vamos fazer a promoção de vocês, mas vai começar agora. Aí um cidadão que fez o concurso agora, ele vai ter os mesmos direitos de quem fez doze anos atrás. O que é preciso ser feito é o seguinte: é preservar o concurso do quadro geral do começo. Se o governo fizer isso, o governo está fazendo justiça. Essa preservação é que tem que ser feita. Criou-se uma comissão, a comissão tem o prazo de seis meses para concluir. A gente sabe como funciona comissão do governo. O governo nomeia as pessoas, todas do governo. Quando você não quer resolver uma coisa, você cria uma comissão, é um gesto mais bonito de enganar. Você faz uma reivindicação para o governo, o governo diz que vai criar uma comissão para te ouvir, aí essa comissão se reuni de manhã, o que foi feito de manhã, desmancha de tarde, aí vira um jogo de protelação. Enquanto isso, essas pessoas que

têm cargos comissionados, ganham melhor que os concursados. No final de semana ele pega o carro dele, a esposa, um isopor cheio de cerveja gelada, compra uma picanha e vai para o banho e o servidor fica em casa sem poder vir aqui no centro porque não tem dinheiro para pegar um táxi de lotação. É essa a concepção que tenho e o que queremos é preservar o servidor.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Deputado Jânio, excelente sua colocação, que me dá oportunidade de esclarecer uma coisa. Primeiro, está na lei que Vossas Excelências aprovaram a criação de uma Comissão. Não foi uma ideia nossa, foi ideia da lei proposta pelo próprio sindicato, que se fizesse uma comissão, e vamos ser bem honestos, é preciso que se faça, porque quem é que vai fazer o trabalho de enquadrar cinco mil pessoas? É preciso ter uma comissão técnica para isso; segundo, a comissão é composta por onze pessoas, das quais duas tem cargo comissionado exclusivamente, todos os outros nove são servidores efetivos. Com relação à sua pergunta sobre a contagem do tempo de não voltar atrás, é exatamente o que falei, a questão não está fechada, a posição da SEGAD não está fechada exatamente, porque nós precisamos ouvir o Sindicato, saber o que já foi feito e apresentar os novos argumentos do Sindicato para a Procuradoria, para que Procuradoria possa emitir um novo parecer. Então, a questão não está fechada, não se perdeu direito algum. Nós estamos em discussão, o que é natural em uma nova lei que tem tantas alterações e é tão diferente da lei anterior, nós precisamos dessa segurança. Portanto, não há, por parte do governo, a declaração que houve a perda de qualquer direito dos servidores, só estamos fazendo as coisas com a calma e responsabilidade que tem que ser feita. Como? Ouvindo o Sindicato e ouvindo a orientação jurídica do Estado. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Com a palavra o Senhor Deputado George Melo, com o tempo de três minutos.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Secretário de Administração Frederico Linhares, minhas senhoras e meus senhores.

Secretário, acompanhando o pensamento do Deputado Xingú, foi publicado no diário oficial o dia da nomeação desses servidores. Acho que para fazer um levantamento desses servidores, pode se estabelecer as data por categorias: mês de maio, categoria tal, abril, categoria tal. Quando for no final do ano finaliza, porque, do jeito que as coisas vão, vamos ultrapassar outros governos e os servidores vão ficar prejudicados. Pela Lei 1032, esses funcionários já fazem jus aos seus salários. Se o Estado, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não está repassando o dinheiro devido aos funcionários, então o Estado tem que ser responsabilizado por enriquecimento ilícito. Foi encaminhado pelo senhor à Procuradoria do Estado o ofício 414/16, para avaliação interna dos servidores, para garantir progressão vertical, regulamentada pelo Executivo por motivos diversos. Sendo assim, o Executivo reconhece que esses servidores possuem direito às suas progressões. No entanto, buscam outras formas para implementar. Pode até ter essa estrutura inchada de cargos. Quero dizer com isso o Estado não tem dinheiro para pagá-los e como mantém essa quantidade de cargos comissionados? São duas respostas que gostaria de ouvir do Senhor para que pudéssemos enriquecer nossos trabalhos nessa manhã de hoje. Tenho certeza que o nosso Estado é que vai ganhar com isso! Sei do seu trabalho, sei da sua seriedade, o Brasil está passando por momento difícil, foi dito e nós estamos vendo. Tenho certeza que o capital internacional deve voltar a acreditar neste País, o País vai começar a andar de novo. Acredito que o Fundo de Participação do ESTADO vai crescer, porque nós vamos sair dessas dificuldades com trabalho, e esses servidores são merecedores dessa credibilidade tanto do Executivo, como deste Poder. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, quero sugerir para que Vossa Excelência determine ao Senhor João de Carvalho para criar uma Comissão Especial da Assembleia Legislativa de Deputados, para acompanhar o Sindicato e a Secretaria de Administração nesse processo.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado Jânio Xingú, o que foi informado é que a Comissão de Administração já tem poder para isso, mas, se Vossa Excelência preferir, a gente pode, após a Comissão Geral, criar uma nova Comissão respeitando a proporcionalidade dos blocos.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Veja bem, como é um caso especial, gostaria de sugerir que se criasse uma Comissão Especial Externa, que vá à administração, que vá com a Governadora, que vá com o Sindicato, para buscar entendimento. O certo seria uma Comissão Especial.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – A Comissão de Administração já tem poder para isso, mas, atendendo Vossa Excelência,

após o término da Comissão Geral, montaremos a Comissão.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Deputado George, respondendo seus questionamentos.

Primeiro, com relação a um possível enriquecimento ilícito no Estado, é óbvio, a própria Lei assegura isso. Em momento algum o Estado vai se locupletar de qualquer valor. Eventualmente, se for pago no momento inadequado, a própria Procuradoria já se manifestou no sentido de que será devida a verba retroativa ao servidor, mas a própria lei estabelece um prazo de 180 dias. Nós precisamos desse prazo. Esse prazo não foi criado e colocado na lei à toa. Vossa Excelência tem que lembrar que são cinco mil servidores, não é um trabalho de poucos dias, é um trabalho que seja bem feito, concluído, para que não haja erros e não seja feito de forma atropelada. O próprio Sindicato, na época que se discutiu o prazo, concordou com a duração desse prazo. O Estado vai usar esse prazo, é preciso usá-lo. Nós não acreditamos que fazer o enquadramento por bloco seja a melhor saída, porque você vai criar um certo conflito entre os servidores do quadro geral, porque aquela categoria X foi enquadrada primeira do que a categoria Y. Vamos enquadrar todo mundo ao mesmo tempo e no mesmo momento. O mesmo ato administrativo, homologando esse trabalho da Comissão, não vai haver nenhum privilégio para uma determinada casta dentro do quadro geral, nível superior, nível médio, nível básico. Todos serão enquadrados ao mesmo tempo, e o prazo, evidentemente, existe não é à toa, ele tem uma razão de existir. Se fosse um trabalho simples, poucos servidores, numa semana a gente conclua, mas não é. Houve mais de um concurso, muitas posses e a gente precisa entender cada caso, individualmente, de cada colega servidor.

O Senhor Deputado **George Melo** – O importante é que tem o prazo de 180 dias para fechar tudo.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Com a palavra o Senhor Deputado soldado Sampaio, com o tempo de 3 minutos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, vou me referir tanto ao Secretário Frederico quanto ao Presidente do Sindicato. Eu já participei de vários movimentos, várias greves, e, nesse meio de negociações, de levar 10, 12 horas, é bem mais crítico do que isso, com as partes, cada qual com uma pistola 40 na cintura, clima extremamente diferente do que se encontra aqui. Eu sinto disposição do governo em resolver. A prova disso é que está aqui o projeto aprovado em cima de compromisso político estabelecido. O sindicato se organizou e participou da discussão. Talvez não seja o plano que o Sindicato queira ou que o servidor mereça, mas foi o possível a ser construído. Hoje estamos no impasse de simplesmente interpretar aquilo que foi colocado na lei. Essa é a leitura. E aí, vejo de maneira legítima, se o secretário tiver alguma dúvida, assim como qualquer dúvida do Estado, qualquer gestou, ele submete à Corregedoria-Geral. A governadora tem vontade de fazer muita coisa, mas tem que submeter à Corregedoria-Geral e às vezes é orientada a recuar do posicionamento, porque está cometendo, segundo os procuradores um ato ilegal. É natural que o secretário submeta qualquer tipo de dúvida, assim como é legítimo e democrático. Parabéns pelo trabalho do Sindicato em construir um parecer contestando o parecer da PROGE e cabe ao secretário remetê-lo de volta. Cabe inclusive, Francisco, ir à PROGE e ter uma conversa com o procurador-geral, e mostrar por A+B, porque, às vezes, o papel não transmite a emoção, não consegue fazer o posicionamento devido, mas sinto que é uma disposição e tem que ter. Nunca vi plano de cargos e salários se não for através de Comissão. Ouvidos os servidores efetivos, com indicação do Sindicato construindo, e está dentro do prazo, agora cabe ao Sindicato acompanhar, de perto. É legítimo, Deputado Xingú, que a Assembleia esteja acompanhando, através da Comissão de Administração, Comissão Especial. O que vejo é a disposição do governo em resolver, e não criar nenhum embate. São cinco mil servidores, leva tempo esse enquadramento. A forma como vai ser feito tira-se todas as dúvidas. Também não concordo e sabemos disso que já ocorreu em outros governos. Sou testemunha viva disso e o governo está tentando sanar, como falou o secretário, algo que vem sendo empurrado com a barriga há 12 anos e estamos tentando resolver isso no segundo ano de governo. Não compactuo com isso. Acho que essa não é a intenção ao se criar comissão, para protelar isso, nem do Deputado, nem da Assembléia, e, pelo que conheço do governo, não é a forma que o governo tem adotado.

Gostaria de fazer a seguinte pergunta: Há alguma dúvida, Francisco, com relação à exigência de algum curso de capacitação por parte dos servidores que não esteja previsto na lei para ter acesso à progressão? Tem esse dilema junto à PROGE, junto à lei, que não está colocado? Que não está claro? Pergunto ao Secretário, como ao Presidente do Sindicato. E se há, basta o Parecer da PROGE ou precisamos alterar a lei?

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado Sampaio, quero informar que vamos abrir o mesmo tempo que o Secretário teve para o Presidente do Sindicato.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Deputado Sampaio, obrigado pela sua intervenção. De fato como o senhor colocou, nós temos todo um trato com essa questão, porque é uma questão que mexe com a vida do Estado e com a vida dessas cinco mil famílias, daí a nossa preocupação. E por causa disso a gente se cerca de todos os cuidados jurídicos, técnicos e assim por diante. Inclusive, preservando o Estado de possíveis erros que possa ocasionar algum problema com o Tribunal de Contas, ou algo do gênero. Aí a nossa cautela ao fazer cada passo do governo do Estado. Quando a gente tem um parecer da Procuradoria nos orientando a fazer A ou B, isso nos dá uma segurança maior. É muito importante lembrar que a Governadora Suely tem prestigiado a Procuradoria e tem dado a independência e autonomia que ela merece. Não sei se vocês sabem, que a governadora poderia nomear para cargo de Procurador Geral alguém de fora da carreira, alguém estranho da Procuradoria, mas não fez isso, escolheu de dentro do quadro da Procuradoria um procurador de carreira para conduzir os trabalhos lá. Isso é uma demonstração de respeito à instituição, isso é mais uma prova que a Procuradoria é um órgão extremamente autônomo. O procurador que faz os pareceres não depende de nada do governo, não vai ser tirado do cargo dele, não vai ser mudado de lugar. Ele tem toda autonomia para emitir o seu posicionamento jurídico. São pessoas capacitadas, passaram por um concurso difícil. Um dos concursos mais concorridos do país é o concurso para Procurador do Estado. Às vezes até mais que o concurso de juiz. Não sei se Vossa Excelência conhece um caso de um Procurador do Estado de Roraima, que passou no concurso para juiz aqui em Roraima e preferiu não assumir, preferiu continuar na carreira de procurador. É uma boa carreira; é uma carreira técnica. Então, nós temos essa confiança. E até a questão ser esclarecida a gente confia no posicionamento da PROGE. Vamos levar até ela todos os argumentos. Como você disse muito bem, é importante que o sindicato esteja junto com o Procurador-Geral para conversar, para sentir, olhando olho no olho para que esse posicionamento seja o mais benéfico possível para a categoria. Então, nós temos essa preocupação. Muito Obrigado!

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Com a palavra o Deputado Jorge Everton, com o tempo de até 3 minutos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Um bom dia a todos. Seja bem-vindo, secretário. Independente de fazermos parte de grupos políticos adversários, Vossa Excelência sabe da estima que tenho pela sua pessoa, pois o senhor foi professor da Academia de Polícia, ao qual eu fiz parte. Eu entendo o sofrimento dos servidores. Entendo que outros governos deixaram de fazer. Eu como policial civil, também fui vítima. Demorou muito tempo para ser efetivado um direito que nós, servidores da Polícia Civil, tínhamos. E muitos ainda não estão tendo. Quando o Estado passa por dificuldades financeiras a primeira desculpa é que não tem condições de pagar o que é devido aos servidores. Isso nos preocupa. É uma pena que eu vou ter que falar tudo que eu tenho que falar e não vou poder bater um papo como gostaria e, à medida que Vossa Excelência fosse respondendo, a gente criar o contraditório. Pelo que eu percebo aqui há duas situações distintas: uma é a tabela; que está se discutindo, se paga na tabela anterior ou na tabela atual, em virtude da progressão. Vossa Excelência disse que o seu entendimento é no sentido de pagar pela atual, que é o entendimento da lei. Como bom conhecedor da lei, Vossa Excelência sabe disso. E que a PROGE lançou parecer contrário. Eu fiz quatro anotações sobre a PROGE que eu quero levantar aqui. Eu entendo que a PROGE tem que ser de Estado e não de governo. Ela não pode estar fazendo parecer para atender interesse de a ou de b. Vossa Excelência, como procurador do município, sabe melhor do que eu. Estranhamente, têm algumas datas que não estão batendo. Dia primeiro de fevereiro de 2016 teve o ofício 234 da SEGAD para a PROGE. Dia 12 de fevereiro, acho que por erro de digitação está 2015, mas deve ser 2016, teve o parecer 025 com o posicionamento da procuradora. E na mesma data: 1º de fevereiro de 2016, tem um novo ofício da SEGAD referente a esse assunto. E em 12 de fevereiro de 2016 tem outro parecer da PROGE, 028. Em 07/3 tem o ofício 414/16 da SEGAD e dia 10/03 um novo parecer da PROGE. Eu não quero crer que seja isso, mas está havendo alguma manipulação por parte do Estado para que o parecer seja da forma que o Estado quer. Isso nós temos que analisar com cuidado.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado Jorge Everton, o Senhor tem um minuto para concluir sua fala.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Obrigado, Senhor Presidente. Isso nós temos que analisar com cuidado, até mesmo porque já houve denúncias aqui. Eu tenho amigos procuradores que lamentam

que esta situação esteja acontecendo. Mas o próprio Deputado Brito veio à tribuna e denunciou que tem Procurador do Estado morando fora do país. E depois dessa denúncia já surgiram denúncias que tem Procurador do Estado morando fora do Estado, sem ser cedido oficialmente, e sem estar com licença adequada. Isso é preocupante! Vossa Excelência, como Secretário de Administração, sabe que o servidor público, aprovado em concurso público, tem que residir no local onde ele passou no concurso. Se tem procurador querendo morar na França, em Portugal, que ele vá para lá prestar concurso e vá morar lá, dê vaga a quem quer morar aqui e quer construir este Estado.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Conclua, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Para concluir, eu gostaria também de saber informações sobre a penosidade dos servidores. Baseado em que foi retirado o pagamento? Eu tinha outras perguntas, se no final o presidente me conceder algum tempo eu pretendo fazer, mas se não der, eu, como Presidente da Comissão de Administração e Serviços Públicos, vou marcar uma audiência com Vossa Excelência para que a gente possa ver o melhor caminho para os servidores públicos que, a meu ver, é a parte mais frágil no processo. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – O Senhor Secretário tem três minutos para a sua réplica.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Deputado Jorge Everton, obrigado pela sua intervenção. Obrigado por ter lembrado. Realmente, estivemos juntos na Academia de Polícia Integrada, onde eu era professor de Direito Penal e coordenador jurídico naquela ocasião. O primeiro questionamento que o senhor fez sobre a desculpa que não paga porque não tem dinheiro. Em momento algum eu disse isso aqui. Tudo foi colocado em orçamento. Em momento algum eu disse isso.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Eu não falei que Vossa Excelência disse isso. Eu falei que os Governos dão desculpas de que não pagam porque não tem dinheiro. Não vista a carapuça pelo amor de Deus!

O Senhor Secretário de Estado **Frederico Linhares** – Essa não é a desculpa que o Governo está dando.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o Deputado Jorge Everton fez as perguntas ele tem que deixar o secretário responder. Ele não pode continuar atacando ou contra-atacando o secretário. O Secretário não veio aqui para vestir ou tirar carapuça, ele veio para responder aquilo que lhe for perguntado.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Acatada a questão de ordem do Deputado Mecias de Jesus. Eu quero que restitua o tempo do Secretário.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Respondendo as perguntas. A primeira é a desculpa que o Governo vai dar ou está dando que não tem dinheiro. Nós estamos apenas usando o prazo que nos é dado pela lei para fazer o enquadramento. Isso leva tempo e é um processo bem natural.

O Senhor menciona também os ofícios encaminhados pela SEGAD para a PROGE. São dois ofícios, Deputados, porque são dois assuntos distintos. Nós não queríamos misturar dois assuntos que não tinham nada a ver um com o outro. Daí a necessidade de nós termos feito dois ofícios: um referente à qual tabela seria aplicada, outro ofício perguntando se era a tabela da Lei 392 ou se era a tabela da Lei 1032. Isso gerou o parecer 025, que Vossa Excelência mencionou e que já foi suplantado. Como eu falei anteriormente, está aqui o parecer 99 com novos argumentos que nós apresentamos. O parecer 25 não está mais válido. A procuradoria mudou seu posicionamento. Essa é a prova de que argumentos podem fazer com que a procuradoria mude o seu posicionamento. Então, nós já temos aqui a garantia legal que a gente precisava para começar a pagar referente à nova tabela.

O outro assunto que gerou o segundo ofício, por consequência, foi o parecer nº 028, que tratava das progressões, que é o assunto que ainda não está fechado. Do posicionamento da PROGE houve um posicionamento contrário do sindicato e nós encaminhamos novamente esse assunto à Procuradoria. De modo que essa questão da progressão ainda não há uma definição terminada. A gente ainda precisa ouvir o que a PROGE tem a dizer.

Os dois assuntos que o senhor trouxe por último, acho que não são objeto da minha convocação aqui. O senhor falou de lotação de procuradores em outros estados, ou viajando, ou em outro país. Não faz parte da convocação que eu recebi, Senhor Presidente, e também a questão do adicional de penosidade, também não faz parte do assunto que me traz aqui. Eu precisava ter sido avisado qual o assunto da pauta para trazer todas as explicações que Vossas Excelências merecem. Obrigado!

O Senhor Presidente **Francisco Mozart** – Com a palavra a Deputada Aurelina com o tempo de até três minutos.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, Deputado! Eu queria saudar o Secretário, toda a Mesa em seu nome, o sindicato e todos os servidores. Eu acho que muito já foi dito aqui, mas eu gostaria de dizer que me causou estranheza, secretário. Eu sei que sempre que o senhor vem aqui na Assembleia, às vezes que eu tenho assistido, o senhor vem com muita segurança, sempre trazendo as informações corretas naquilo que realmente tem compromisso. Eu queria até lhe parabenizar por isso. Eu achei estranho quando cheguei na Secretaria de Saúde anteontem e um grupo imenso de servidores correram para mim e me pediram para não deixá-los perder seu tempo de serviço. Eu tenho certeza que a Procuradoria não vai fazer isso, até porque os procuradores, os policiais civis, Deputado Jorge Everton, meu colega, sabe disso, já usaram o tempo de serviço no Estado para nas suas progressões chegarem ao último nível funcional. Tanto a PROGE, como a Polícia Civil e outras categorias funcionais. Então agora não tem sentido a PROGE dizer que os servidores vão perder seu tempo de serviço. Eu não vejo nem lógica nesse tipo de coisa. Se assim for, nós vamos ter que tirar as progressões da Polícia Civil, dos delegados, dos procuradores e outras categorias que já foram feitas nesta Casa. Se tem um erro na lei eu tenho certeza que Vossa Excelência, a Governadora e nós da Assembleia temos a obrigação de corrigir. Ou então nós vamos incorrer naquilo que o Deputado Jorge Everton disse: será que houve manipulação naquele tempo? Também achei estranho a questão da lei porque a Lei 1032 já extinguiu a 392. Então, não tinha sentido. Ainda bem que foi corrigido o parecer. Enganos ocorrem, mas se ela já extinguiu a 392 como é que eu iria usar as tabelas da 392? Então, a gente acredita que a tudo isso Vossa Excelência está atendo, a sua equipe, os procuradores e esta Casa, e a governadora também. O que houver no sentido de prejudicar os servidores ou fazer diferente dos outros servidores do Estado, esta Casa vai estar pronta. A gente se coloca à disposição para junto com o governo poder corrigir. Então era isso que eu gostaria de dizer. Muito obrigado!

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Excelente, Deputada Aurelina. Vossa Excelência sempre fala com muita propriedade. Eu tenho uma admiração muito grande pela senhora e pelo conhecimento profundo que a senhora tem, principalmente no serviço público. Quero dizer até que eu me recordo, me lembrando no tempo em que eu era servidor do Tribunal, já estive reunido com a senhora naquela ocasião discutindo melhorias na carreira dos servidores do TJ. Então, a senhora tem o meu apreço e a minha admiração. A senhora está coberta de razão. A prova de que a Procuradoria pode evoluir é o que aconteceu de ontem para hoje. Novos argumentos foram apresentados. Ninguém é dono da verdade, é importante que se diga. Então tudo evolui. Como eu disse, a questão das progressões ela não está fechada ainda. Vai passar por novos questionamentos, novas avaliações e por aí vai. A gente tem convicção de que ao final de tudo isso todos eles serão beneficiados.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, eu ia falar e esqueci. Cada servidor tem condição de ser enquadrado de forma diferente. Um tem a progressão vertical o outro não tem, um teve licença o outro não teve. Então, é um trabalho complexo realmente.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – E também quero lembrar que há outros critérios, não é só o tempo de serviço. Para progredir você precisa de uma série de requisitos que, às vezes as pessoas não cumprem. Ele pode não ter conseguido passar numa avaliação. Há situações em que eventualmente podem atrapalhar a progressão funcional do servidor. A senhora tem razão. Eu agradeço por a senhora ter perguntado essas coisas porque nos dá a oportunidade de esclarecer e dizer que a gente realmente aguarda um desfecho satisfatório nessas questões da progressão. Obrigado!

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Com a palavra o Senhor Deputado Brito Bezerra, com o tempo de até 3 minutos.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, ouvindo alguns Deputados, eu, às vezes, imagino que existe um equívoco. Em Governos passados vieram para esta Casa leis que beneficiaram algumas categorias elitizadas. A Deputada Aurelina agora falou dessas categorias: a própria Polícia Civil, a Defensoria Pública e a Procuradoria Geral do Estado. São categorias elitizadas que recebem muito bem e até gozam de outros direitos, além dos que esta Casa já deu.

Quero dizer para Vossa Excelência que os PCCRs que vieram aqui para esta Casa buscando atender os direitos dos servidores, foram mandados pela Governadora Suely Campos. Foram mandados nesse governo, que tem um ano e pouco de mandato, apesar de ter recebido o Estado em estado de calamidade pública. Então foi a Governadora

Suely. São os secretários do Governo do Povo que estão aqui discutindo. E eu quero dizer para Vossa Excelência que a Governadora Suely pediu celeridade nesse trâmite. Nós não estamos pedindo da Procuradoria Geral do Estado que apronte parecer para retardar isso não, até porque o meu entendimento como Deputado Estadual, se são 5 mil famílias, tem que ser o mais célere possível. Não pode demorar até o último dia dos seis meses porque são cinco mil pessoas. Nós vamos buscar a maneira legal e mais célere de fazer isso. Esse é um entendimento do Governo, e nós estamos buscando isso aqui. E aí, secretário, eu tenho certeza que Vossa Excelência e os demais estão orientados nesse sentido.

A Comissão que o Deputado Xingú arguiu aqui eu acredito que seja legítima. Eu só não sei se mais uma comissão não pode retardar. Mas deixemos a Comissão de Administração fazer o seu trabalho na Casa e o senhor instaura aqui uma comissão especial, com poucos Deputados, representando os blocos e a Assembleia procure estar junto com a categoria. Como eu disse para Vossa Excelência, a Governadora mandou a lei, nós aprovamos a lei e a PROGE junto com a Secretaria da Administração tem sim que encontrar meios céleres e legais para que nós possamos fazer para que os servidores não possam estar recebendo presente de grego, como vários Deputados dizem aqui nesta Casa. Tem que aprovar o PCCR para que no final do mês o dinheiro esteja disponível. É esse o entendimento da Governadora. E eu tenho certeza que o secretário está aqui com os demais para que isso seja materializado o mais breve possível. Então, eu gostaria de deixar claro isso: foi a governadora que mandou, esta Casa não se furtou, aprovou e estamos buscando uma forma de materializar. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Obrigado, Deputado, pelas suas palavras. Quero dizer que realmente a SEGAD está à disposição de todos para esclarecer qualquer coisa. Inclusive, Deputado George, o que o senhor precisar, além do que a gente está discutindo aqui, o senhor me conhece pessoalmente, pode me procurar. Realmente, eu não vim preparado para responder aquelas perguntas. Mas fica o convite para Vossa Excelência ir até a SEGAD que eu vou lhe mostrar o que o senhor precisa saber. Obrigado!

O Senhor Presidente **Francisco Mozart** – Nós vamos quebrar o protocolo e ouvir o presidente do Sindicato Francisco Figueiras. Os Deputados terão o mesmo tempo que tiveram para formular as perguntas e dar esclarecimentos para vocês. Com a palavra o presidente do Sindicato Francisco.

O Senhor Presidente do SINTRAIMA, **Francisco Figueiras** – Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente Francisco, meu xará. Queria parabenizar o Secretário de Administração porque em outro momento ele esteve convocado pelo sindicato na Câmara de Vereadores para a gente discutir o nosso PCCR. Secretário, as situações que nós estamos colocando deixam bem claras o que nós queremos aqui. Não há dúvida em relação à lei. Falamos aqui da legalidade. O artigo 30 da 1032 não deixa dúvidas em relação ao transporte do tempo de serviço para os critérios das progressões, tanto horizontal quanto vertical. Não se deixa dúvidas em relação a isso. Se fala que os servidores vão ser enquadrados em outra posição porque um servidor do quadro geral que tem 12 anos de serviço, a partir do enquadramento, conforme o parecer 42, que foi discutido nas Comissões, ele diz que o servidor começará a contar o tempo de serviço somente a partir do enquadramento. Isso quer dizer que os servidores que entraram em 2014, e agora como o senhor mesmo falou os que entraram em 2015 seriam equiparados a servidores que entraram em 2004 e 2005, e assim por diante. Outra situação que não fica clara é em relação ao retroativo devido a esses servidores do enquadramento. Como é que vai ser feito esse retroativo, porque não foi deixado nenhuma sugestão nem opinião em relação ao retroativo que nós vamos ter. A lei foi publicada na íntegra, dia 25 de janeiro, sendo que as duas publicações foram para as correções, por erro material. Então. O que está valendo, no meu entendimento, o que vale é a do dia 25 de janeiro. Outra situação é com relação a letra. Chegou outro parecer da PROGE, porque esses pareceres da PROGE sempre nos pegam de surpresa. Em relação à efetivação na tabela financeira de 2016, porque o plano foi dividido em três parcelas porque o governo disse que não tinha condições de efetivar de uma vez só, então, nós trabalhamos em cima disso, juntamente com o governo. Daí não tenham dúvidas, e foi nos colocado isso, e nós aceitamos, pois no momento nós queríamos o plano, nós queremos o plano efetivo, mas que não haja perda para os servidores, pois a tabela financeira tinha que começar a partir de janeiro.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Pela interpretação que eu faço do parecer da PROGE, nós vamos começar a pagar agora na letra onde a pessoa está. Se estiver na A3, ela vai receber na A3, até ser feito o

enquadramento. Quando for feito o enquadramento, a pessoa vai estar mais na frente e aí, obviamente, vai ser calculado o retroativo, que só pode ser calculado quando terminar o trabalho de enquadramento. Você sabe disso: é impossível a gente calcular o tamanho do retroativo agora enquanto a gente está em processo de enquadramento. Com relação à letra que a pessoa vai receber da nova tabela, é a mesma letra que ela está hoje.

O Senhor Presidente do SINTRAIMA, **Francisco Filgueiras** – Então, só para ficar claro, os servidores que ao longo destes anos só tiveram 2 progressões horizontais, e eles estão na nova tabela no A3, eles irão para o A3; aqueles que entraram agora ficarão no A1 e assim sucessivamente. É isso? O que acontece é que a Comissão ela vem se reunindo para deliberar, e ela começou a deliberar por conta do presidente da comissão, onde o questionamento até a gente sabe, que provocou o parecer número 42, foi do presidente da comissão, a qual ele fez o questionamento onde nós já tínhamos um entendimento claro que deveria ser cumprido e que está na Lei 1032, no artigo 5 e 37. O que acontece também é que nós não queremos mas ser chamados de saqueadores do Estado, porque se nós formos saqueadores do Estado foi com anuência do Estado, porque o presidente da comissão, foi bem claro e disse que nós estamos saqueando o Estado, porque o nosso plano vai criar uma despesa absurda para o Estado. Quer dizer que você passou 12 anos trabalhando para o Estado, e aí eu uso as palavras do Deputado George Melo, que disse que há um enriquecimento ilícito do Estado porque não deram as progressões que eram devidas na época. Refiro-me aos governos passados, agora, quando se assume um governo, assume-se o lado bom e o lado ruim. O que acontece também é que um dos critérios que eu questiono é em relação a uma avaliação interna que não foi feita, mas isso foi corrigido na nova lei, e a nova lei não deixa dúvidas em relação ao transporte somente do tempo de serviço para critérios de progressões horizontais e verticais, para que seja efetivada na nova lei. Com os critérios da nova lei, onde foi retirada a avaliação interna, então esses servidores fazem jus as duas progressões verticais sim. Isso nós não vamos abrir mão. Se não resolvermos no diálogo, vamos para a justiça, porque existe jurisprudência que diz que um critério não pode ser utilizado para não dar esses direitos aos servidores, onde também tem a omissão dos governos passados. Então, a omissão dos governos passados não pode prejudicar os servidores. No primeiro dia que chegou o material na comissão, foi dia 27 de abril, material esse que tínhamos solicitado na Secretaria de Administração, o que aconteceu foi que chegou de surpresa o parecer da PROGE de número 42, que realmente parou os trabalhos e deu esse tempo à comissão para que pudessemos emitir um parecer do Sindicato, e levamos ao conhecimento do Chefe da Casa Civil. Em relação a essa situação, há de se dizer que os servidores aqui não podem, em momento algum, ser prejudicados por conta da inércia de governos passados. Em parte o sindicato tem culpa, pois passou 10 anos estagnado e hoje o sindicato são os servidores, e não o presidente, tanto é que conseguimos trazer os servidores para esta Casa. Muitas das vezes conseguimos encher esta Casa, porque eles entendem que somente com o compromisso de cada um foi com que as conquistas vieram, e que hoje estamos na fase de dizer como é que vai ser colocado esse plano de cargos, carreiras e remuneração. Outra situação são os adicionais de qualificação e o adicional de interiorização. O adicional de qualificação traz na lei algo bem específico. A partir do momento que você faz um requerimento, o Estado tem 90 dias para fazer a publicação desse servidor que entrou com o requerimento do adicional de qualificação, sendo que no próximo vencimento já vem os efeitos pecuniários para esse servidor. Então, isso é um questionamento também em relação ao novo plano, onde eu quero confrontar com os pareceres da PROGE, onde no parecer número 28, da procuradora Cristiane Mafra Moratelli, que é a mesma que emitiu o parecer número 42, ela diz: “Diante do exposto, opino pela utilização do tempo de serviço acumulado com as progressões já adquirida como critério para ao enquadramento dos servidores na nova tabela financeira do plano de cargos e carreiras, remuneração dos servidores públicos efetivos do Poder Executivo.” Então, quando eu cheguei na comissão de enquadramento eu já tinha em mãos o parecer 28, e expus isso, onde foi criado pelo presidente da comissão um questionamento incabível. Tem outra situação também, secretário. O senhor disse que a maioria dos membros da comissão são servidores efetivo, de fato é verdade, sendo que somente 4 servidores são efetivos, sendo que o restante da comissão tem cargos comissionados no governo, da SEGAD. Não sei se os outros servidores não quiseram ir para a comissão, mas deveria ser pulverizada essa situação, para que viessem servidores efetivos de outras secretarias, até porque o tema é importante e vai afetar sua aposentadoria. Se não houver uma valorização agora, quando chegar a minha aposentadoria, com o salário que eu ganho agora, eu acredito que eu não consigo nem comprar a comida, imagine o remédio! Vou acreditar nas palavras de

Vossa Excelência, senhor secretário, quando diz que será colocados os servidores na letra na qual eles estão no caso as duas progressões horizontais, a partir desse pagamento de maio, não é isso? Muitas vezes já houve situações onde foi prometido aqui mesmo que seria mandado o PCCR na outra semana por conta de determinada situação ele não foi encaminhado na data correta. Quero questionar também sobre uma situação que o senhor disse não ter vindo preparado para isso, mas eu mesmo assim vou questionar. Em relação à data base, porque outras categorias estão fazendo a publicação no diário oficial em relação a essa data base, que é lei. Os sindicatos se reuniram e mandaram um ofício para a governadora pedindo que na data base fosse feita a correção inflacionária do ano de 2015, e nós vimos isso acontecer com os nossos colegas do Tribunal de Contas e Justiça, onde eu acredito ser mais do que merecido ser corrigido dessa forma, mas temos que ter um posicionamento em relação a isso, pois os servidores de lá são diferente dos daqui? Eu acredito que não, todos são servidores públicos. Então, fica o questionamento em relação a isso. Como vão proceder, se vai ter a data base, realmente, se vai ter esse reajuste. Quanto à situação do presidente da comissão, eu quero também dizer que, de acordo com o Dicionário Aurélio, “saquear é despojar com violência, roubar, devastar.” E até onde eu vejo, nós não estamos devastando, nem pensamos em roubar o Estado, e não estamos despojando de violência alguma. Porque esse PCCR foi feito com o consentimento do Estado, nós fomos várias vezes à SEPLAN, SEGAD, foi realizado uma reunião com o Instituto de Modernização. Ele passou várias vezes pela Procuradoria Geral do Estado, e hoje emite parecer para legislar em cima de uma lei. Portanto, vamos cumprir o que está na lei, artigo 5 e 37 da 1032. Então, não há de se falar agora que esse plano vai causar essa situação para o Estado. Muita me admira que o presidente da comissão, que é um servidor efetivo que está dentro da Lei 1032, ele deveria se posicionar de uma forma imparcial. Parece que ele está lá com uma procuração de advogar, agora não sei para quem! Então, o que nós estamos pedindo aqui é respeito aos servidores do quadro geral, e que seja cumprida a lei na forma que ela está, como ela foi aprovada por esta Casa e homologada pela governadora, e dentro do que foi discutido com o Sindicato, onde nós tivemos acompanhando com o relator Jânio Xingú, quando foram colocadas 21 emendas. Então, nós temos 3 membros do sindicato que fazem parte da comissão e nenhum desses 3 membros é cargo comissionado. Então, vamos melhorar a comissão em relação a ter uma quantidade paritária para que possamos discutir e chegarmos a um consenso da lei, porque as pessoas acham que por terem um cargo comissionado têm que defender o Estado, e não é bem assim, eles têm que defender o que está na Lei. Nós queremos apenas que seja cumprido o que está na Lei. Quanto à progressão horizontal e vertical, você falou de critérios, e esse critério de avaliação foi retirado na nova lei. O que está valendo agora é a 1032. A Lei 392 foi revogada, ela não é utilizada como parâmetro, para esse enquadramento eu acredito que não. Então, devemos respeitar esses servidores que trabalharam 12 anos por este Estado e hoje estão aqui pedindo respeito. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Chico Mozart** - Passo a palavra ao Deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Ouvi atentamente suas palavras. Primeiramente quero parabenizá-lo pela luta que vem desempenhando a frente do sindicato, pleiteando melhorias que já deveriam ter sido atendidas independente de governo. Nós temos que ter em mente que o Estado tem que ter como base o princípio da continuidade administrativa. Você falou bem, você herda o bom e o ruim. Tem que haver responsabilidade com isso. Temos que acabar com o estelionato eleitoral, de chegar à época da campanha, prometer tudo e depois não fazer nada. Temos que acabar com isso. Criticar o governo passado, podemos fazer isso até no palanque, mas depois que assume não adianta explicar que não está fazendo porque o governo passado não deixou. Quando as pessoas se habilitam para o cargo público, elas têm que ter essa consciência. Eu só tenho uma dúvida: quantos meses os salários dos servidores foram pagos com a tabela extinta? Se um mês foi pago com a tabela já caracterizada crime de responsabilidade. Porque nós temos a Constituição no seu artigo 64, inciso 4º e 7º e o artigo 11, item I da Lei de Crime de Responsabilidade. Então gostaria que o senhor encaminhasse cópia da documentação para que a Comissão de Administração possa analisar e abrir um processo para investigar isso. Obrigado!

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Gostaria de me dirigir ao Francisco e ao Secretário Frederico Linhares. Temos que tirar alguma conclusão desse evento. A partir de amanhã, Doutor Frederico, o Senhor vai me ver muitas vezes acompanhado pelo Francisco. Eu vou dar plantão lá, prepare uma cadeira, café e pão de queijo, pois iremos todos os dias. Não iremos lhe atrapalhar, vamos lhe ajudar. Essa audiência está acontecendo porque os delegados, os procuradores, os outros concursados

se aproximam do governador, mas os servidores do Quadro Geral não tinham ninguém para representá-los, não tinham acesso ao palácio e por isso ficavam sempre para depois, mas agora eles vão ter acesso porque há mais de um ano eu disse ao Francisco, se você acreditar nós iremos lutar por essa categoria. Eu lutei pelo auxílio alimentação da Polícia Civil. Ontem aprovamos também o auxílio alimentação para os agentes penitenciários. Fui o autor da indicação e o relator da matéria. Eu tenho um sonho, nós ainda iremos conquistar o auxílio alimentação para o Quadro Geral. Uma coisa de cada vez, mas iremos conseguir. Quando eu falei para os policiais civis eles não acreditaram, quando falei para os agentes penitenciários eles também não acreditaram. Eles não tinham nem porte de arma, trabalhavam no sistema prisional e não podiam usar arma. Eu entrei com projeto de lei para dar arma aos agentes e fui criticado por todo mundo. O Projeto foi aprovado e hoje eles podem usar arma. Esse sonho também vai acontecer. Quero chegar nesta tribuna e dizer a todos os que fizeram concursos: muitos ganham através de abono, hoje também tem auxílio-alimentação.

O Senhor Secretário de Estado da Gestão Estratégica e Administração, **Frederico Linhares** – Gostaria de agradecer a oportunidade de ter vindo a Casa do povo, que é a caixa de ressonância da sociedade, para poder prestar esses esclarecimentos. Trazer a boa notícia de que já passamos a implantar a nova tabela a partir de agora, depois do novo posicionamento da Procuradoria. Dizer que em relação à questão das progressões, estamos enfrentando com muita dignidade e iremos levar todos os questionamentos para que sejam dirimidos em uma palavra final para que possamos efetivamente caminhar a passos largos para o enquadramento. Gostaria de dizer que a SEGAD está aberta a todos os Parlamentares. Muitos já me visitaram. Deputado Xingu, eu só vou ficar lhe devendo o pão de queijo, mas o café e a cadeira estão garantidos. Gostaria de pedir aos colegas servidores que confiem no trabalho da SEGAD, que estamos empenhados em resolver todas essas pendências. Os embates dentro da comissão são naturais. Digam-me uma comissão, principalmente de enquadramento, que não teve embate. Isso é absolutamente normal. A Lei não fala em exigência de cargos para compor essa comissão, de modo que há uma discricionariedade do governo de quem indicar. Essa é uma decisão minha. A porta do meu gabinete está aberta para todos os demais esclarecimentos que se fizerem necessários. Obrigado!

O Senhor Presidente do SINTRAIMA, **Francisco Filgueiras** – Senhor Secretário, gostaria, mais uma vez, de lhe agradecer por esta oportunidade que o Senhor está nos dando para questionarmos qual o andamento do nosso plano e dizer uma coisa que aprendi: as leis são feitas pelo Executivo, mas encaminhadas ao Legislativo. Então, é aqui que acontecem as coisas para posteriormente serem encaminhadas ao Executivo. Tenho o maior respeito por esta Casa, a qual foi encaminhado o nosso PCCR. Agradeço a Senhora Governadora porque foi um trabalho muito grande, que começou em 2014. Agradecemos também esta Casa que recepcionou o PCCR e nenhum Deputado se opôs e foi aprovado por unanimidade, de forma espetacular.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Alcançada a finalidade da Comissão, agradecemos a presença de todos e retomamos os trabalhos na fase em que se encontravam.

Passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 17 de maio, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Chico Mozart, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 17/05/2016

ATA DA 2504ª SESSÃO, EM 18 DE MAIO DE 2016.
51º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR JALSER RENIER

Às nove horas do dia dezoito de maio de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima quarta Sessão Ordinária do quinquagésimo primeiro Período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor

Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, coloco-a em votação.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Gostaria de informar aos Senhores Deputados que se encontram na Casa os Deputados Estaduais do Estado de Sergipe, Capitão Samuel do PSL e Venâncio Fonseca do PP. Eu solicito ao Deputado Jorge Everton, conterrâneo dos Deputados que nos visitam, a fazer as honras da Casa e convidá-los a virem ao plenário e sentarem-se à Mesa dos Trabalhos.

Nós nos sentimos muito honrados com a visita dos colegas de Sergipe que estão cumprindo uma agenda da Assembleia daquele Estado, tendo em vista que dos dias 01 a 03 de junho estará acontecendo, na capital daquele Estado, a Conferência da UNALE e eles estão visitando todas as Assembleias Legislativas para trazer informações e fazer o convite aos Senhores Deputados. Sejam bem-vindos a nossa Casa, no Grande Expediente iremos conceder a palavra aos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/nº, de 17/05/16, do Deputado Chicão da Silveira ao Senhor Diretor-Presidente da Companhia Energética de Roraima S/A – CERR, para que seja efetuada a ligação da linha de transmissão de energia das Vicinais 27 e 29, região da Serra Dourada, município de Caracará.

Indicação s/nº, de 17/05/16, do Deputado Chicão da Silveira ao Secretário de Estado da Infraestrutura, para recuperação de pontes de madeira localizadas entre as Vicinais 02 e 04 no município de Caroebe.

Indicação s/nº, de 17/05/16, do Deputado Zé Galetto ao Governo do Estado, para o fornecimento de merenda, em caráter de urgência, ao Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez Princesa Isabel (CAS-RR), localizado na Av. Jaime Brasil, nº 527, Centro.

DIVERSO:

Ofício Circular nº 001, de 11/05/16, da Câmara dos Deputados, Departamento das Comissões, comunicando a posse do Deputado Federal Victório Galli (PSC/MT) como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Iremos franquear a palavra ao Deputado Venâncio Fonseca.

O Senhor Deputado Estadual do Estado de Sergipe **Venâncio Fonseca** – Senhor Presidente em exercício na manhã de hoje, meu amigo de longas datas **Coronel Chagas**, citando o nome de Vossa Excelência, também saúdo o Presidente Jalser que nos recebeu no dia de ontem com muita gentileza e toda a Mesa Diretora. Quero saudar os colegas Deputados, citando aqui o nome de um ilustre conterrâneo, Deputado Jorge Everton, que veio do Estado de Sergipe, aqui fez concurso e passou para delegado e hoje, representa o povo de Roraima na Assembleia Legislativa com muita inteligência, responsabilidade e trabalho e honra não só o povo de Roraima, mas, o povo sergipano que exportou para o estado de Roraima esse jovem talento, a sua família, enquanto o irmão, também, presta relevantes serviços ao Estado de Sergipe como delegado da polícia civil. Quero saudar o amigo e companheiro Capitão Samuel, representante da briosa polícia militar do Estado de Sergipe. Meus Senhores e minhas Senhoras, caros colegas foi com imensa satisfação que recebi a missão do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe de vir ao Estado de Roraima fazer aqui um convite aos Senhores Deputados, para participarem do 20º Encontro da UNALE, que será realizado no Estado de Sergipe dos dias 01 a 3 de junho, onde será debatido um tema bem atual que será rediscutindo o nosso Brasil, principalmente em um momento como esse em que todos nós sabemos das dificuldades que estamos atravessando não só na área política, mas nas áreas econômica e moral. Nesses três dias, teremos debatedores de alto nível como Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União, o Senador Anastasia, o Senhor Joaquim Barbosa, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilberto Cassabe, Ministro da Ciência e Tecnologia, Gustavo Loiola, ex-Presidente do Banco Central, Guilherme Afifi Domingos, Presidente Nacional do SEBRAE, José Renato Casagrande, ex-governador do Espírito Santo, Salete Lemos, Jornalista

e especialista em macroeconomia e finanças. Teremos a participação de 7 secretarias da copa, a Confederação Parlamentar das Américas com sede no México e Delegações de vários países. Será sem dúvida nenhuma, um dos encontros mais participativos nesta vida da UNALE no Estado de Sergipe. Eu e o Deputado Samuel fomos designados para vir aqui fazer o convite. Daqui iremos, ainda hoje, para os Estados de Rondônia e Acre onde faremos o convite e depois retornaremos para o nosso Estado de Sergipe. E quero dizer que iremos fazer o maior esforço para receber com todo carinho aqueles que irão e, em particular, aqui os amigos. O esforço será para que possamos dar um tratamento pelo menos parecido com o que fomos recebidos aqui, no Estado de Roraima, com muito carinho, muita amizade, parecia que estávamos realmente em casa e já nos conhecíamos há muitos anos. É isso que iremos fazer. O Deputado Jorge Everton, que é sergipano, já conhece os costumes do nosso povo, acolhedor, amigo, sincero, carinhoso. Então, iremos receber todos os colegas de braços abertos, e com certeza, será um encontro produtivo porque iremos discutir um tema atual com palestrantes renomados. Isso só vai engrandecer mais ainda a nossa querida instituição UNALE a qual eu também tive a honra de presidir.

Gostaria de repassar um vídeo que trouxe do nosso querido Estado para que Vossas Excelências possam conhecer um pouco das nossas belezas naturais. Desde já, em nome do Presidente, Deputado Luciano Bispo, do Capitão Samuel queremos agradecer a receptividade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – É com muita alegria que a Assembleia Legislativa recebe Vossas Excelências. Como sergipano, não poderia deixar de me pronunciar. Vossa Excelência viu como o povo de Roraima é acolhedor. Nós aqui, temos o mesmo sentimento do povo sergipano, queremos receber os visitantes e tratá-los como se eles realmente estivessem em casa. Gostaria de chamar a atenção de todos os colegas que estão no plenário para a importância desse evento da UNALE, rediscutindo o Brasil. Todos os Deputados estarão juntos, principalmente nesse momento em que estamos vivendo, um momento de mudanças de atitudes por parte da classe política e da população. É muito adequado o tema. Parabéns! Nós esperamos que, realmente, todos os colegas possam estar presentes. E eu peço ao Presidente da Sessão, Deputado Coronel Chagas, que ajude para levarmos o máximo de colegas possível, porque é muito importante essa união. Em Sergipe, eu me pronunciei sobre as dificuldades que Roraima passa. Sergipe é o menor Estado da Federação. Roraima tem uma área territorial aproximadamente dez vezes maior que Sergipe, mas a população de Roraima é de aproximadamente 500 mil habitantes. Se somarmos, a grande Aracaju tem mais de um milhão de habitantes, que é a Capital de Sergipe. Mas nós sofremos o mesmo preconceito e discriminação por parte de Estados maiores, e aqui temos problemas regionais que precisam ser olhados com carinho pela UNALE, como vou citar para Vossa Excelência. Aqui, existe uma corrente, Deputado Venâncio, que impede o trânsito de Roraima com o povo da Amazônia. Isso tem que acabar. Temos um problema energético e precisamos da intervenção da UNALE. Nós fizemos uma caminhada até Brasília, contamos com o apoio do Sandro Locutor que esteve presente na reunião, mas acima de tudo, os Deputados do Brasil têm que estar reunidos para rediscutirmos o papel da UNALE junto ao contexto nacional. E leve para o nosso Deputado Sandro Locutor meu abraço de reconhecimento pela gestão que ele fez na UNALE. Conte com minha presença e espero que, com a de todos os colegas. Tenho certeza que o Deputado Jalsen, nosso presidente, irá fazer todo o esforço para estarmos todos presentes a este evento que é muito importante. Além do que, tenho certeza que serão muito bem acolhidos no Estado de Sergipe. Agradeço a visita e voltem com mais tempo, pois Roraima está de braços abertos esperando vocês. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Venâncio Fonseca** – Agradeço, Deputado conterrâneo Jorge Everton, pode ter certeza que nós iremos levar, mais uma vez, esse assunto a ser debatido em nossa instituição UNALE, onde o nosso Presidente Sandro Locutor, inclusive, já abordou sobre esse assunto. E esse é um dos temas que nós iremos colocar em pauta. A futura Presidente da UNALE, Deputada Ana Cunha, será eleita agora no XX Encontro da UNALE no Estado de Sergipe. Nós iremos pedir para que coloque, imediatamente, esse tema para que seja debatido, porque não há um fórum melhor para debater esse assunto que a nossa querida UNALE, com o apoio de todas as Assembleias Legislativas do nosso país.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Venâncio Fonseca, Progressista assim como eu, quero lhe dar boas-vindas, assim como também ao Deputado Capitão Samuel, em nome da nossa Governadora Suely Campos e em nome do povo roraimense. Muito nos orgulha, Vossas presenças aqui na terra de Macunaima. Aqui, quem não é do Nordeste, é filho ou neto do Nordeste, pois foram os Nordestinos que vieram ajudar os amigos macuxis, como são chamados

os natos. Apesar de os macuxis serem uma etnia indígena, os macuxis são todos que permeiam esta terra, para ajudar a desenvolver o Estado de Roraima. Os nordestinos fazem história aqui. Sou cearense, orgulho-me da terra que nasci. E como disse Euclides da Cunha no livro “os sertões”, nós somos antes de tudo fortes, não fugimos da luta no Nordeste, só buscamos lutar em fronteiras diferentes e crescer como pessoa, como profissional, enfim, somos forte e estamos aqui no nosso Estado de Roraima que muito nos orgulha, porque nos acolheu como filho. Esse é o Estado que amo, Estado onde tive dois filhos, onde quero trabalhar e dispersar todas minhas energias, no sentido de vê-lo crescer e se desenvolver. E, Deputado Venâncio, como disse o Deputado Jorge Everton, é um Estado que sofre e tem muitas peculiaridades, pois por questões ambientais, temos o Estado quase inviabilizado economicamente. Mas essa luta é uma luta das Assembleias Legislativas para viabilizar, é uma luta da bancada federal, dos senadores, de todos nós roraimenses. E nesses encontros da UNALE, que fazemos anualmente, temos a oportunidade de levantar todas essas questões, todos esses percalços, todos esses gargalos que os Estados sofrem e nós aqui, de Roraima, levantamos esses gargalos na UNALE e, também, no Parlamento Amazônico que se encontra anualmente na mesma conferência. E nós temos avançado com as proposições feitas por alguns deputados aqui, que são membros do Parlamento. Eu também faço parte da diretoria da UNALE e quero dizer para Vossa Excelência que nós, provavelmente, com a anuência do Senhor Presidente, estaremos todos em Sergipe, discutindo o Brasil, porque, assim com os sergipanos, somos brasileiros e merecemos ter o mesmo respeito que têm os grandes estados da federação e participarmos do bolo do orçamento de forma justa, igualitária, para que nós, políticos, consigamos devolver em benefícios toda essa carga tributária monstruosa que hoje paga o contribuinte. Então, o nosso objetivo é trabalhar por Roraima, fazer com que o povo do nosso Estado tenha uma melhor qualidade de vida, consiga avançar e nós consigamos, juntos, com esforço, perpassar essa crise política, moral e econômica pela qual passa o nosso País. Portanto, obrigado por Vossas Excelências estarem aqui nos convidando. Para nós, tê-los aqui é uma grande honra, assim como será uma grande honra estarmos na 20ª Conferência da UNALE. Obrigado.

O Senhor Deputado Estadual do Estado de Sergipe, **Venâncio Fonseca**, continua – Agradeço a participação do Deputado Brito Bezerra, e as referências que fez não só a nossa instituição, como, também, ao nosso querido Estado de Sergipe. E também por demonstrar total conhecimento dos problemas que afligem o seu Estado e a sua Região. Nós estaremos na UNALE, inclusive, debatendo sobre todos esses temas que foram abordados aqui, na manhã de hoje. Concedo a palavra ao deputado George Melo.

O Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Venâncio, a gente também recebe de coração aberto Vossas Excelências em nossa Casa, até porque nós temos aqui alguns Deputados roraimenses. Nós nascemos aqui e recebemos todas as pessoas que decidiram morar aqui em nossa terra de braços abertos, para nos ajudar a transformar este Estado. Temos a nossa representatividade Macuxi, o Presidente é Macuxi, bem como, os Deputados Marcelo Cabral, Masamy Eda, Zé Galetto, Chico Mozart, Lenir Rodrigues. E temos um enorme respeito por esses braços nordestinos que foram os primeiros que aportaram em Roraima. Primeiro os cearenses, depois os paraibanos, os gaúchos. Então, carregamos essa força nordestina que faz parte da nossa cultura. Quero me reportar à UNALE, que é um evento da maior importância para os legislativos, pois embora os nossos Estados sejam diferentes, não apenas culturalmente, mas também economicamente, temos realidades parecidas e que podem ser discutidas de forma extremamente cordial. E que venhamos a nos colocar como representante de um Estado como somos, como os vereadores, os mais próximos da população, até porque os nossos Deputados Federais e Senadores estão muito distantes, estão em Brasília. Então, essa distância faz com que a população tenha os Deputados Estaduais como seus primeiros contatos. E tenho certeza que essa abordagem da população é muito importante para que os nossos governantes passem a nos ouvir. Os problemas de um Estado são inúmeros e nós estamos perto das comunidades, representamos segmentos e é importante que sejamos ouvidos com nossos projetos. Então, eu tenho esse pensamento e tenho certeza que a UNALE contempla esse enriquecimento. E para nós é uma honra sairmos daqui do extremo norte e irmos ao Estado de Sergipe para que possamos discutir a nossa Assembleia Estadual, transformá-la e torná-la ainda mais ágil para que o nosso estado ganhe com isso. Então, quero aqui saudá-lo e agradecer essa contribuição que o Estado de Sergipe está dando para todas as Assembleias do Brasil. Parabéns.

O Senhor Deputado Estadual do Estado de Sergipe, **Venâncio Fonseca** – Agradeço, Deputado George, o aparte de Vossa Excelência que também fez algumas referências à nossa instituição, à UNALE que hoje,

podemos dizer que é um braço forte dos legisladores e dos legislativos estaduais, com sede em Brasília, onde tem prestado relevantes serviços, discutindo temas importantíssimos do nosso país. E, com certeza, esse encontro que será realizado em Sergipe será um dos melhores que a UNALE já realizou, principalmente, por estar discutindo o tema Rediscutindo o Brasil com palestrantes, os quais já citei os nomes aqui, na manhã de hoje. Solicito que, se possível, pudéssemos exibir o vídeo sobre o evento.

Exibição do vídeo da 20ª Conferência da UNALE.

Senhor Presidente, Deputados, vossas excelências tiveram a oportunidade de ver, através deste vídeo, algumas imagens do nosso querido Sergipe, bem como da nossa capital sergipana. E posso dizer que saio daqui com uma imagem belíssima deste Estado, em particular, da capital Boa Vista. Vou dar o testemunho por onde eu passar, pois é uma cidade limpa, bem cuidada, bem administrada, e dizer que, por onde eu tenho andado, cidade mais bonita que Boa Vista, só a nossa cidade de Aracaju, com todo o respeito. Vossas Excelências poderão testemunhar e ver a beleza da nossa querida Sergipe. Encerro, agradecendo a acolhida de Vossas Excelências, a gentileza do presidente desta Casa, porque podemos observar o trabalho que vem fazendo, o bom relacionamento que tem com os colegas desta Casa, o que é importantíssimo, seja de situação ou oposição. Mas, uma das coisas que mais admirei, Presidente Jalser, é a habilidade de Vossa Excelência. Apreendi uma lição ontem, à noite, que um dia, tentarei aplicar no meu Estado, na Assembleia Legislativa. Um abraço e muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhor, Deputado, antes que Vossa Excelência encerre, quero pedir desculpas pelo meu atraso. Eu estava buscando uma conversa com o presidente da ELETROBRAS sobre o aumento de energia que foi considerado sem permissão judicial, pois temos uma liminar em vigor e um agravamento regimental que será pautado através de uma Audiência que os Deputados Estaduais daqui terão em Brasília, para entregar memoriais aos Desembargadores, para que votemos o mérito da questão que desfavorece a sociedade roraimense. E quero dizer a Vossa excelência que está no seu sexto mandato de parlamentar tanto ao Senhor como ao Capitão Samuel, ambos do Estado que nos receberá nos próximos dias, que foi uma satisfação imensa conhecê-los. O senhor, com essa sua suavidade, com essa sua parcimônia, com essa maneira de conduzir as suas amizades e as suas relações, faz com que as portas se abram com mais facilidade, simbolizando um gesto fraterno de amizade. Então, quero aqui desejar ao Senhor muito sucesso na sua trajetória política. Será um prazer para o estado de Roraima, através do Poder Legislativo, estar no seu Estado. E tenho certeza que nós não estamos em nenhum grau superior nem inferior, as duas cidades são bonitas e bem cuidadas, cidades que realmente merecem os olhos da sociedade brasileira, porque a política, hoje, tem se deteriorado muito por parte da opinião pública, diante do enfraquecimento das forças políticas brasileiras. Mas, existem pessoas do quilate de Vossa Excelência, do equilíbrio do capitão Samuel e muitos outros políticos brasileiros que transformam em verdade, o que é importante para a sociedade, que é a revitalização da sociedade, do povo, através de um mandato e o que esse mandato pode fazer para melhorar a vida das pessoas. Vossa Excelência é um exemplo de tranquilidade, de perseverança, de equilíbrio, mas, sobretudo, de união com os grupos, para que a gente possa fazer um grande evento no seu Estado. Seja bem-vindo. Esta Casa é uma extensão da sua.

O Senhor Deputado Estadual do Estado de Sergipe, **Venâncio Fonseca** – Muito obrigado, Presidente, pelas referências, não só ao meu Estado, como, também, à minha pessoa. Realmente, estou no sexto mandato, como Vossa Excelência está também. Eu tive a oportunidade de administrar a Assembleia Legislativa do meu Estado como Presidente, como Primeiro-Secretário, já fui líder do Governo, líder de oposição, conheço ambas as partes e hoje, posso dizer o que é melhor, se é ser líder de Governo, ou líder de oposição, porque conheço os dois lados da moeda. Agradeço, de todo o coração, a maneira carinhosa com que fomos recebidos e podem ter certeza que nós iremos fazer o possível para retribuir esse tratamento que recebemos aqui, no Estado de Roraima. Encerro, solicitando ao líder do governo que transmita à governadora, que é do nosso partido, os nossos parabéns pela forma que vem administrando o Estado. Solicito também, ao líder da oposição que transmita à Prefeita da capital os nossos parabéns pela maneira competente com que ela vem administrando Boa Vista. Assim sendo, para o estado, através do governo, e para capital, através da prefeita, pois quem ganha com isso é o povo de Roraima. Um abraço e muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Comunico que o Deputado Izaías retirou seu nome para o Grande Expediente. Convido a

Deputada Lenir Rodrigues para fazer o uso da palavra.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, nobre pares, dois assuntos me trazem a esta tribuna neste dia. O primeiro é que quero agradecer, de público, ao Presidente da Assembleia, Deputado Jalser Renier, por ter recebido, no dia de ontem, uma comitiva formada pelo Prefeito do Município do Amajari, pelo Advogado Moacir Mota, pela Presidente da Câmara e 4 dos nove vereadores daquele município, para tratarem da falta de energia em todo o Município, tendo, inclusive, vindo o ex-deputado Ionilson Sampaio, que também relatou prejuízos às pessoas, como queima de eletrodomésticos, impedindo a execução de trabalhos nas fazendas e vilas, principalmente na sede do Município. Imediatamente, o Presidente Jalser marcou para amanhã uma audiência pública onde vamos buscar o diálogo e, com certeza, haveremos de vencer mais essa dificuldade. Mas, infelizmente, hoje, Deputado Marcelo, lá que é o seu município do coração, a população está no Cem parando as pessoas, na BR 174 e só passam viaturas de polícias e da saúde. Então, amanhã teremos comissão geral e audiência pública sobre esse assunto.

O Segundo, é sobre o dia 18 de maio. Nos anos passados, nós tivemos uma solenidade aqui, sobre esse dia. O dia 18 de maio é o dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. E por que nesse dia? Porque no dia 18 de maio de 1973, na cidade de Vitória, no Espírito Santo, uma criança chamada Araceles foi violentada e morta, e somente 6 dias após foi encontrado o seu corpo. E os responsáveis por crime eram jovens da alta sociedade capixaba. Então, por esse motivo, esse crime nunca foi punido. Muito tempo depois, no ano 2000, os movimentos sociais, através da sociedade organizada, conseguiram a aprovação dessa lei federal para que todo dia 18 de maio, o dia da morte da Araceles, pudéssemos lembrar desse fato que representa todas as Araceles do Brasil e todos os crimes cometidos contra pessoas inocentes. A cada ano, nós registramos mais adesões nos municípios e órgãos públicos em torno da mobilização do dia 18 de maio. Hoje, nós teremos caminhadas em vários pontos, nas saídas para Pacaraima, Caracará e Guyana, bem como na frente da Assembleia teremos panfletagem. Também estamos distribuindo um adesivo e solicitamos que cada deputado desta Casa adesive seu carro, no sentido de informar: “eu sou contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.” Então, este dia marca também uma data para nos mobilizarmos e sensibilizarmos com esta causa, bem como tocarmos a sociedade para participar dessa mobilização e dessa luta dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Esta data tem um significado para nós que militamos há muitos anos em defesa das crianças e adolescentes, um marco contra a violência sexual contra crianças e adolescentes. E um marco para dizer que não interessa quem é o criminoso abusador, se é de uma classe social mais elevada não interessa, criminoso é criminoso e lugar de criminoso é na cadeia, deve ser punido. Nós acreditamos que essa violação é estabelecida principalmente pelas relações de poder e essas relações de poder, hoje em dia, estão mais acentuadas graças às redes sociais, quer propagam mais ainda esses crimes. Nós acreditamos que algumas pessoas que usam as redes sociais utilizam crianças e adolescentes para satisfazerem seus desejos e fantasias sexuais, ou então, para obterem vantagens e lucros em cima desse inocentes, por isso merecem ser punidas. Neste contexto, a criança e o adolescente não são considerados sujeito de direito, estão sendo violados nos seus direitos, mas, na verdade, estão desprovidos de proteção. Então, a violência sexual contra meninos e meninas exige que nós tenhamos a capacidade de repugnar a exploração sexual. Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, por estarem vulneráveis podem se tornar mercadorias e serem utilizadas das mais diversas formas de exploração sexual, como tráfico, pornografia, prostituição e exploração sexual para turismo. E nós temos casos aqui em Roraima sim. E temos que ter a coragem de tirar as vendas dos olhos, de não ficarmos cegos para as nossas realidades, porque nossas fronteiras são abertas e desprotegidas. Também temos que aprender a denunciar, e a denúncia desse tipo de crime pode ser feita através de um número nacional, que é o disque 100. E por incrível que pareça, ele funciona melhor em orelhão, não precisa nem colocar o cartão. Para fazer a denúncia você não precisa se identificar, a polícia federal é responsável por investigar o caso concreto. Eu acredito que o enfrentamento da violação dos direitos de crianças e adolescentes pressupõe que a sexualidade é uma dimensão humana, mas ela deve ser desenvolvida e presente na condição cultural e histórica de homens e mulheres, deve ser vivenciada nas diferentes fases da vida. Na primeira infância, a criança começa a ter suas descobertas sexuais, inclusive, as descobertas anatômicas. Mas hoje, com as redes sociais, as crianças também são vítimas dos abusadores, porque não sabem quem está por trás do celular ou do computador. Aos adultos, além da sua responsabilidade legal de proteger crianças e adolescentes, cabe o papel pedagógico de dar orientação e acolhida. Desta forma, podemos superar mitos, tabus e

preconceitos, oferecendo segurança para que possamos reconhecer essas crianças como seres em desenvolvimento. E nós temos essa capacidade de nos envolvermos coletivamente, na defesa, na garantia e na promoção dos seus direitos.

Nós, lá no CHAME, começamos um trabalho contra o tráfico de pessoas, trabalho que tem reflexo direto na exploração sexual e no tráfico principalmente ligado ao turismo sexual.

Hoje, é um dia de reflexão, dia para todo pai, mãe de família, jovens, autoridades pensarem o que eu posso fazer para ajudar a combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Se cada autoridade se preocupar em, no mínimo, apoiar os movimentos sociais, os fóruns de defesas, o trabalho dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de direito já será um grande avanço para a sociedade.

Então, parece ser um assunto que ninguém está se interessando, que não diz respeito a nossa vida, mas pode ser a sua filha abusada sexualmente, independentemente da sua condição social, pode ser o seu filho abusado sexualmente, independentemente da sua condição social, porque o abusador não escolhe classe social. As estatísticas nos mostram que não são apenas os filhos dos pobres que são abusados sexualmente, qualquer um de nós pode ter na nossa casa uma criança ou adolescente abusada sexualmente.

Portanto, cada um de nós aqui deve dizer, assim como se diz, minha culpa, minha culpa tão grande culpa pela omissão, pois não temos a capacidade de dar valor a um assunto tão importante para a nossa sociedade como o que hoje estamos discutindo sobre o dia nacional de enfrentamento a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Era isso Senhor, Presidente. Obrigada!

O Senhor presidente **Jalser Renier** – Muito obrigado, Deputada Lenir. Eu parabeno sua atuação parlamentar. Seu discurso é sempre muito bem feito. Quero informar que a Lei 919, datada de 29 de junho, que contempla a nossa cartilha de leis, foi entregue a muitas pessoas. Essa é uma campanha que nós estamos fazendo e vamos incorporar essa cartilha de leis aprovadas ao longo dessas legislaturas, informando à população e dando ciência de leis que estão contempladas dentro da Assembleia, que foram promulgadas e sancionadas ao longo desses anos e que a população desconhece. Uma delas é exatamente essa que Vossa excelência se reportou aí, que a lei que foi pautada no dia 29/06/13, de minha autoria, que institui no calendário de Roraima a semana estadual de combate ao abuso sexual de crianças, com o objetivo de promover ações articuladas junto às escolas, visando à preparação das crianças e também das as famílias, porque não adianta fazer somente com as crianças, porque elas têm pouca concepção, mas a família, nesse papel, é muito importante. Para que Vossa Excelência tenha uma ideia, num levantamento realizado pelo Professor Flávio Cossini, representante da Universidade Federal do Estado de Roraima aqui, ele diz o seguinte: que no comitê de enfrentamento a violência sexual contra a criança e o adolescente no Estado de Roraima, no ano passado, registrou-se 446 casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos de idade. Nos finais de semana, aqui em Roraima, presenciamos muitos jovens de 11, 12, 13 anos saindo para as baladas, para as festas com autorização dos pais. Isso sim, provoca um conflito devido às amizades que eles podem formar, às situações que eles podem passar. E o resultado final acaba sendo negativo para a família de um jovem que se envolveu com drogas e não era para ter sido envolvido.

Então, é um projeto de nossa autoria e que combina com o discurso que Vossa excelência fez nesta manhã.

Portanto, parabéns. Estamos juntos nessa campanha e vamos estendê-la a todos os municípios de Roraima. A Assembleia Cidadã está sendo preparada, porque já vamos começar a visitar o interior. Estou unindo a equipe técnica para que possamos começar a trabalhar e focar nesses pontos necessários.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Essa Casa tem leis importantes e nós podemos fazer um conjunto imenso de leis, Lei do feminicídio, Lei contra a Venda de drogas para crianças. Quer dizer, temos várias leis nesta Casa para que a Assembleia Cidadã possa fazer um grande trabalho nas escolas.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Com certeza, Deputada Aurelina.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Bom-dia a todos, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Saúdo a nossa plateia.

Senhor Presidente, o que me traz hoje a esta Tribuna é a necessidade de relatar a preocupação da falta de energia no meu município, Amajari.

Temos cobrado várias vezes do governo do Estado devido a essa preocupação. Tenho falado com o Presidente da CERR, que é

responsável pela energia do interior, em especial do Amajari. Ele disse que iria resolver esse problema. Há 15 dias estive lá, pessoalmente, e fiz um documento. Visitei o município e a preocupação dos moradores é que estão perdendo suas coisas, seus alimentos. Os comerciantes estão perdendo os seus recursos, investiram naquele município e hoje, Presidente, estão fechando a BR 174, como bem falou a Deputada Lenir, para chamar a atenção da sociedade, do governo do Estado, das pessoas envolvidas para resolver esse problema da energia.

E essa falta de energia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é de hoje, há mais de um mês, mais de 30 dias está faltando energia naquele município. A falta de energia prejudica os alunos, os professores, a educação, a população daquele município.

Aqui, Presidente, peço o apoio incondicional de todos os Deputados. Ao Líder do governo, peço que interceda para que se resolva a situação do nosso município, que é o município da Governadora, onde ela nasceu e tem as suas benfeitorias, mas, mesmo assim, não tem o cuidado de olhar a situação do Amajari. E, Deputada Lenir, a senhora falou muito bem, temos que ter a preocupação e o cuidado com o homem do campo, com o interior do Estado que precisa e necessita da energia e do apoio desta Casa para reivindicar melhorias para aquele município. Hoje, Presidente, estão fechando a BR 174, lá no quilômetro 100, na comunidade indígena, para chamar a atenção das autoridades. Tem localidade que está com mais de 15 horas sem energia. Imagina, o dia tem 24 horas e passar 15 horas sem energia. O povo daquele município está sofrendo e nesta Casa a minha obrigação e o meu dever é cobrar do governo do Estado enquanto morador daquele município. E o que me chama a atenção, Senhores Deputados, é que isso vem se alastrando há mais de um mês. Eu estive várias vezes na CERR e o Presidente disse que iria resolver o problema em 15 dias. Ontem, houve uma audiência pública no Amajari e lá estavam presentes os Vereadores, o Prefeito, a Comunidade e o Diretor da CER, e o que me chamou a atenção, Senhor Presidente, foi que disseram que o culpado é esta Casa. Mas, como é que Assembleia pode ter culpa da falta de energia no interior, se o responsável é o Governo do Estado, que não cumpre o seu papel, papel de atender o homem do campo e o interior. Eu fico decepcionado com a resposta do governo do Estado, pois ficou devendo vários anos a empresa que aluga os motores e quem é penalizado não é a governadora, é o povo que mora naquele município, que depende da energia e do nosso apoio. Quero pedir o apoio de todos os Deputados desta Casa, em especial do nosso grupo de oposição, para resolvermos a situação da energia no Amajari, porque hoje é lá, amanhã pode ser em outro município.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Izaías Maia** – Deputado, o Senhor começou a falar que hoje é no Amajari, ontem já foi em Pacaraima, no Bonfim. E vão fechar todo Estado que vai ficar sem energia, já que estamos enfrentando esse problema do Linhão Nacional de Tucuruí, que até agora só está na promessa. O problema esta descendo, Pacaraima, Amajari, até chegar a Boa Vista. Nós temos que agir com a maior rapidez possível, porque o Linhão Nacional de Tucuruí é uma esperança a longo prazo. Nós precisamos de energia agora. Obrigado!

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** continua - Quero incluir o aparte do Deputado Izaías no meu pronunciamento e dizer que nós temos o nosso papel e dever, como Deputados, de acompanhar, ouvir o clamor da sociedade. E peço aos meus pares nesta Casa que me ajudem nessa luta, luta que não é minha, do Deputado Marcelo Cabral, mas desta Casa, do povo que precisa de energia. E o que me chama a atenção sobre a situação do município do Amajari, é que lá nasceu a governadora, lá sua família reside e ela não tem a preocupação e o cuidado com sua própria família, e lá estão as pessoas que ela ajuda, que são seus parentes. Agora, não vou me calar, Senhor Presidente. Quero pedir o apoio desta Casa e de Vossa Excelência, como bem faz, apoiando todo o Estado de Roraima, o apoio em relação ao problema de energia do município do Amajari que se alastra há mais de 30 dias, pois o povo está sendo penalizado. Eles foram fechar a BR para chamar a atenção da sociedade, mas aqui tem a voz do Amajari, a voz daquele povo, a voz de Deputado do Amajari, e de Deputados de todos os municípios. Então, peço apoio para esta causa que não é minha, e sim dos moradores do Amajari. Senhor Presidente, vamos cobrar do governo do Estado, vamos fazer um documento solicitando que resolva o mais rápido possível essa situação da energia, Deputado Odilon, no município que produz e depende da energia.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Odilon Filho** - Deputado Marcelo, obrigado por me conceder o aparte. Quero me associar a sua fala e dizer que não só o município do Amajari, bem como outros municípios, já vem sofrendo com esse problema de energia. Recentemente Caracarái passou 15 horas sem energia. Então, o governo tem que elaborar um projeto que atenda o Estado inteiro, porque vamos ter problemas no Amajari, em Caracarái e em outros municípios. Ora,

agora estamos cobrando em relação ao Amajari, que é o município da governadora, onde ela nasceu, se criou, e ela não está atendendo, imagine os outros municípios. Quero me associar a sua fala e dizer que estamos juntos nessa luta para defender os interesses do Amajari e dos demais municípios. Obrigado!

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** continua – Quero que incluam o aparte do Deputado Odilon em meu pronunciamento. Gostaria de dizer também, senhor Presidente, que a governadora não tem compromisso com aquele município. Se ela tivesse compromisso, o município dela não estaria da maneira que está, porque a falta de energia é constante no município do Amajari. Quero dizer, Senhor Presidente, que iremos cobrar dia a dia a solução para o problema da energia no município do Amajari. E peço a esta Casa, a esta Presidência que nos ajude a resolver e a cobrar do Governo do Estado, porque a culpa da falta de energia não é desta Casa e sim do Governo do Estado, quem tem que resolver é a atual governadora, ela é quem tem que dar a solução para o povo. O Governo é responsável 100% por esse problema. Como vossa excelência falou, Deputado Odilon, Caracarái passou quinze horas sem energia. Isso é um absurdo, uma falta de respeito com o povo de Roraima e, em especial, com o povo do interior, de onde viemos. Não podemos ficar calados nesta Casa, nem nesta Tribuna. Gostaria de dizer que ficarei cobrando do Governo do Estado a solução para o problema da energia no Amajari. Quero agradecer a cada Deputado e Deputada e pedir ao líder do governo, mais uma vez, que leve esta mensagem à governadora e peça que ela resolva a situação do município do Amajari, que é o município onde ela nasceu, onde sua família reside, onde seus parentes estão e, mesmo assim, ela não tem compromisso com o povo daquele município. Obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, senhores deputados, caros colegas, profissionais dos meios de comunicação que acompanham esta sessão, a todos os cidadãos que estão aqui prestigiando esta Sessão Plenária bom-dia. O que me traz a esta tribuna hoje é para informar aos senhores Deputados que estará acontecendo amanhã, em Belém, capital do Pará, a 7ª Reunião Ampliada do Colegiado dos Deputados que fazem parte do Parlamento Amazônico. Quem tem conhecimento sobre essa questão do Parlamento Amazônico, definiu um cronograma de trabalho com reuniões em todos os estados que fazem parte da Amazônia Legal e esse é o sétimo encontro ao longo dos últimos dez meses, sob a Presidência do Deputado Sinésio Campos. Eu faço parte da diretoria, como Vice-Presidente, e quero destacar o trabalho feito pelo Parlamento Amazônico, discutindo Deputado Odilon, as questões de interesses dos Amazônidas, os obstáculos que enfrentam todos os setores que geram renda, emprego e que fazem com que aconteça o desenvolvimento econômico na região amazônica, todos os obstáculos, de todos os setores e o que eles enfrentam, relacionados às questões indígenas e ambientais. Pois bem, nesse sétimo encontro que irá acontecer amanhã em Belém, nós participaremos de palestras com o Presidente do BASA, com o Diretor de Gestão de Fundos e incentivos de atração de investimentos da SUDAM que vão falar sobre a integração regional com uma nova matriz de desenvolvimento com a participação da SUDAM e do BASA. E depois, teremos uma segunda palestra que fala sobre uma nova rota para o Oceano Pacífico, passando pela Amazônia/Manta/Manaus que terá como palestrante o Senhor José Roberto da Silva, diretor-presidente do porto Providência, no Equador, e também o Deputado Sinésio Campos, Presidente do Parlamento Amazônico, tendo como mediador o Senador Sérgio Petecão do PSD do Acre. Nós teremos também uma terceira palestra que tem como tema a exploração mineral em áreas indígenas, cujo palestrante será o Deputado Federal Édio Vieira Lopes – PR/RR, que é relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, encarregado de dar parecer sobre o PL – 1610, que trata da exploração de recursos minerais em terras indígenas. Nós teremos a presença do Dr. Carlos Nogueira da Costa Júnior, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação do Ministério de Minas e Energias, e também do Dr. Roberto Ventura Santos, diretor de Geologia e Recursos Minerais do CPRM do serviço geológico. Enfim, a referida reunião vai tratar de assuntos de interesse dos Amazônidas e nós estaremos presentes, representando o parlamento roraimense. Eram essas as informações sobre o Parlamento Amazônico, Senhores Deputados. Quero também aproveitar esta oportunidade para pegar o gancho no pronunciamento do Deputado Marcelo Cabral, para falar sobre a questão da falta de energia no interior do Estado. Se aqui, na capital, sofremos apagões e ficamos preocupados com a questão da qualidade ou da falta de qualidade de energia na capital, imagina como está no interior. Aqui, ele falou sobre a questão do Amajari que está com problema de energia, mas isso está acontecendo também em outras regiões. Vou falar agora, especificamente, do Município do Bonfim. No Bonfim, Deputada Aurelina

e Deputado Masamy, as comunidades de Vilena, Vila São Francisco, Nova Esperança, os projetos de assentamentos, as comunidades indígenas estão sofrendo muito pela falta de energia. Há comunidades que ficam de 6 a 7 dias sem energia e isso já significa também a falta de água, porque se não tem energia a CAER não tem como ligar os motores e não consegue jogar água na caixa que abastece essas comunidades. Então, esse é um problema sério que nós precisamos resolver. E precisamos cobrar da CERR que dê mais atenção à energia no interior, para que possa melhorar a qualidade da energia e essas comunidades não sofram tanto. Então, fica aqui o nosso pedido ao líder do governo para que leve à Governadora e ao Presidente da CERR, que é a encarregada de fazer a transmissão de energia às comunidades do interior, a solicitação para que dêem mais atenção a essa questão para que as comunidades não sofram tanto. Obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o Grande Expediente, quero informar aos senhores Deputados que nós tivemos uma conversa, ainda há pouco, com os diretores da ELETROBRAS, O Luiz Henrique e o Dr. Castria. E o que ficou decidido na reunião com relação aos impasses que estão acontecendo hoje em Roraima sobre os aumentos tarifários que assolam a sociedade roraimense? Primeiro: Existe uma ação popular que foi impetrada no Tribunal Regional Federal. Isso é ponto pacificado através dos Deputados Federais que têm uma decisão do Desembargador Jirair, anulando a decisão do aumento tarifário, retroagindo os efeitos para o bolso do consumidor. Essa posição a ELETROBRAS está respeitando. Agora, o que aconteceu é que parte dos cidadãos boavistenses receberam a conta de energia com aumento retroativo aos valores incorporados aos quarenta por cento, emitida antes da decisão do TRF, do Desembargador Jirair. O que vai acontecer com essas contas emitidas? A ELETROBRAS vai expedir uma nota para a imprensa e os diretores me disseram, antecipadamente, que os cidadãos roraimenses não necessariamente precisam pagar a conta, até que a decisão judicial seja julgada ou apresentada em mérito, que é o que o PROCON da Assembleia Legislativa está fazendo. Entramos com o pedido de reconsideração ao Desembargador que proferiu uma decisão contrária ao consumidor e a favor da ELETROBRAS, que foi divergida pelo Presidente do TRF, e vamos, através do agravo regimental, impetrar uma decisão e distribuir memoriais, na próxima semana, para os Desembargadores que votaram em mérito aos Desembargadores sobre a decisão que culminou com o aumento tarifário na conta de energia elétrica dos usuários roraimenses. Onde entra o Poder Legislativo nessa história? Nós vamos entrar exatamente na questão do agravo regimental. Os diretores da Boa Vista Energia me disseram que em nenhum momento os cidadãos roraimenses terão qualquer tipo de prejuízo, pois, se acontecer da decisão prevalecer no mérito, o cidadão será ressarcido imediatamente, ou seja, se o cidadão pagou de trezentos reais para quatrocentos reais sua conta de energia, ele terá o valor ressarcido na conta subsequente com o valor diminuído. Existe também uma posição apresentada pelo Ministro do Planejamento, o Senador Romero Jucá, onde o Presidente Michel Temer, através de uma medida provisória, adotar um aumento tarifário independente na cidade de Boa Vista, pois teremos um aumento que vai variar entre 10 a 12% em Boa Vista, no Amazonas e no Amapá. Esses três aumentos obedecem a uma variável de 10 a 12%, através de uma medida provisória. Essa medida provisória acontecendo, as relações e as ações que o Poder Legislativo está movendo e a ação popular que foi impetrada perdem o objeto, porque existe uma decisão em curso contra uma decisão presidencial. Então, na pior das hipóteses, o que pode acontecer é um aumento que vai variar de 10 a 12% no bolso do consumidor roraimense. Isso é um fato, é inevitável. Na melhor das hipóteses, poderemos ganhar no mérito da decisão no Tribunal Regional Federal que vai facultar ao cidadão boavistense, ao usuário, a não pagar esses quarenta por cento retroativos. O que está se discutindo agora é se essa medida provisória retroage os efeitos. E esse assunto será o tema da audiência que iremos marcar com o Senador, na próxima semana, onde alguns deputados, antes de irem para o fórum da UNALE, irão comigo a Brasília para a audiência com o Ministro do Planejamento, para que ele não incorpore em medida provisória ou pelo menos faça uma sugestão ao Presidente da República que não retroaja os efeitos. Estou aqui com um demonstrativo de valores onde a ELETROBRAS alega um déficit altíssimo de valores com relação à Agência Reguladora que é quem faz o serviço, quem estimula, para que a ELETROBRAS possa funcionar. Mas a ELETROBRAS não está encontrando condições de fazer o pagamento e, por essa razão, esse aumento arbitrário que nós estamos vendo agora. É a explicação que eu quero passar para os Senhores Deputados e para a sociedade. E depois nós vamos torná-la pública, através da imprensa. E peço também à Assessoria de Comunicação que transmita uma nota através dos veículos de comunicação.

Anuncio, para a Ordem do Dia, discussão e votação em turno único, do Requerimento nº 027/16, que “transforma a Sessão do dia 19 do corrente em Comissão Geral, momento em esta Casa Legislativa ouvirá autoridades do Município de Amajari e diretores da Companhia Energética do Estado de Roraima – CERR, sobre a falta de energia naquele município, conforme relatado no Ofício/Gab nº 66/2016, do Prefeito Moacir José Bezerra Mota”; do Requerimento nº 028/16, para inclusão, na pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 029/16, que altera, revoga e acrescenta dispositivos normativos à Lei nº 180, de 25 de setembro de 1997, que Dispõe sobre a Agência de Fomento do Estado de Roraima, Revoga a Lei nº 457, de 19 de julho de 2004, altera e revoga dispositivos normativos à Lei nº 1038, de 1º de abril de 2016, que Dispõe sobre parâmetros para remissão, renegociação e parcelamento de dívidas resultantes de operações de créditos, contratados junto ao extinto Banco de Roraima S/A – BANER, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Resolução Legislativa nº 002/16, que “altera o Projeto de Resolução Legislativa nº 002/15, que alterou as resoluções nº 001/14, 009/11 e 024/11, sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa”, de autoria da Mesa Diretora; do Projeto de Resolução Legislativa nº 001/16, que “altera a Resolução Legislativa nº 001/15, que dispõe sobre a verba de gabinete parlamentar, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora; e do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 017/16, que “altera dispositivo da Lei nº 1031, de 21 de janeiro de 2016”.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Requerimento nº 027/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 027/16

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 028/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 028/16

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos suspender a Sessão pelo tempo necessário para analisar o projeto de lei que está em andamento, sobre a abertura de crédito para o Governo do Estado. Temos, também, antes disso, um Requerimento assinado pela maioria dos Senhores Deputados.

Está suspensa a Sessão.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente em exercício **Chico Mozart** – Damos por reaberta a Sessão.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, em virtude do horário, solicito que seja prorrogada a Sessão.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Atendendo a Questão de Ordem do Deputado Gabriel Picanço, fica prorrogada a Sessão por mais uma hora.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura ao Substitutivo do Projeto de Lei nº 017/16.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, o substitutivo acaba de ser lido em plenário, nas comissões conjuntas, e é de conhecimento de todos os Deputados. Requeiro a Vossa Excelência que solicite apenas a leitura do parecer e do voto.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Acatada a Questão de Ordem do Deputado Mecias de Jesus. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário apenas a leitura do parecer.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o parecer ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 017/16.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em discussão o parecer ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 017/16. Em votação. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de lei nº 017/16. A votação será pelo processo eletrônico. Votando sim, os Deputados aprovam a matéria, e votando não, rejeitam-na.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Orientação de Voto – A orientação do Governo é para votar sim, pela aprovação do projeto já tendo entendimento entre os blocos de situação e oposição, para que nós pudéssemos flexibilizar o Governo, neste momento pelo qual o nosso Estado passa.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Devo informar aos

Senhores Deputados que esta matéria foi discutida nas comissões em conjunto e ela obedeceu também a um substitutivo.

Dou por aprovado o projeto por 17 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Projeto de Lei nº 029/16.

Lembrando aos Senhores Deputados que este projeto contempla uma emenda modificativa do Deputado Jorge Everton ao artigo 12, da Lei 180, de 25 de setembro de 1997, que passa vigorar com a seguinte redação no seu artigo 12: a Agência de Fomento terá quadro próprio de pessoal, com plano de carreira a ser aprovado pelo Conselho de Administração, observada às recomendações do Banco Central do Brasil e das disponibilidades financeiras da instituição, e encaminhará o referido plano de carreira à Assembleia Legislativa do Estado, para conhecimento, no prazo de 30 dias após a sua aprovação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei nº 029/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será eletrônica. Votando sim, os Deputados aprovam a matéria, e votando não, os Deputados rejeitam-na. Liberado o painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 029/16 por 17 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 001/16, que altera a Resolução nº 001/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº 001/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Em votação. A votação será eletrônica. Votando sim, os Deputados aprovam a matéria, e votando não, rejeitam-na. Solicito a liberação do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 001/16 por 14 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 002/16, que altera a Resolução nº 002/15.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº 002/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Em votação. A votação será eletrônica. Votando sim, os Deputados aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na. Solicito a liberação do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 002/16 por 14 votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, pelo avançar do horário, nós estamos suspendendo a reunião ordinária da Comissão de Educação e comunico aos nobres pares que nomeei nos altos dos processos os relatores das matérias que estavam na Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Quero convocar os Deputados da comissão que irá sabatar o Presidente do DETRAN hoje, os Deputados Jânio Xingu, Naldo da Loteria, Brito Bezerra, que é o relator e o Deputado Soldado Sampaio, para hoje, às 15:30h, a sabatina do Presidente do DETRAN. Obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais quem queira usar Expediente das Explicações Pessoais, convindo os Deputados para, amanhã, às 10 horas, participarem da Comissão Geral para discutir a questão da energia elétrica do município de Amajari, que foi um apelo do Deputado Marcelo Cabral, bem como do prefeito e vereadores daquele município. Vamos discutir a questão do aumento tarifário e também dos apagões constantes naquele município, com a presença da população de um modo geral e do presidente convocado da CER, que estará aqui, a partir das 9 horas da manhã.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 19 de maio, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 19/05/2016



Cada vez mais independente
trabalho por nossa gente.

Assembleia Legislativa de Roraima

As grandes conquistas começam aqui!

25 ANOS